

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita impõe sigilo de 100 anos sobre ação de Flávio Bolsonaro 4

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Leão mais faminto 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Mantida compensação para ICMS 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como escolher onde aplicar sua previdência privada 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

2023 (XII): Salário mínimo (Artigo) 10

MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Itens derrubados pelos senadores 11

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PEC que proíbe despesas sem fonte de receita é aprovada 12

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

A política do salário mínimo 14

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo de 2023 deve superar R\$ 1.300, sem ganho real 15

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Próximo governo deveria propor que salário mínimo seja indexado ao IPCA-15 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores da Justiça dizem não à reforma 17

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialistas criticam oposição por apoiar PEC das Bondades 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prévia do PIB recua em maio 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O preço de viajar por nossas BRs (Editorial) 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sinal de alerta (Editorial) 21

Sexta-Feira, 15 de Julho de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso libera doações do governo em ano eleitoral..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso restabelece compensação a estados por perdas com ICMS..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara cobra mudanças na Petrobras e avalia rever tributação sobre refinarias..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petróleo cai ao menor valor desde o início da guerra..... 27

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia traça cenário mais otimista para este ano..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O vale-tudo no Congresso - CELSO MING..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Prévia' do PIB, indicador do BC recua 0,11% em maio..... 32

A GAZETA - MT - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Consumo dentro dos lares brasileiros sobe em maio..... 33

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - AGRONEGÓCIO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Medida aprovada no Congresso vai beneficiar produtores de etanol..... 34

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Atividade econômica caiu em maio, aponta o BC..... 35

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fitch melhora a perspectiva da nota de crédito soberano do Brasil..... 37

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - COMUNIDADE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Auxílio Brasil é a primeira mudança com PEC aprovada..... 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Guedes nega riscos fiscais e ataca críticos..... 40

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Promulgada emenda que libera R\$ 41 bi em auxílios..... 42

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Inflação nos EUA é a maior em 41 anos..... 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Revisões positivas do PIB e da inflação escondem herança maldita para 2023..... 45

Sexta-Feira, 15 de Julho de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bipolaridade fiscal em Brasília (Artigo) 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Medo de recessão global mantém petróleo abaixo dos US\$ 100 48

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Contratação de temporários está em alta 49

Receita impõe sigilo de 100 anos sobre ação de Flávio Bolsonaro

Ítalo Nogueira rio de janeiro

A **Receita Federal** impôs um sigilo de cem anos no processo que descreve a ação do órgão federal para tentar confirmar uma tese da defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) com objetivo de anular a origem do caso das "rachadinhas" do filho do presidente da República.

A restrição exigiu uma mudança na interpretação do órgão sobre o caráter dos documentos, antes disponibilizados publicamente. Agora, a Receita afirma que os documentos possuem informações pessoais, motivo pelo qual o acesso está restrito a agentes públicos e aos envolvidos no processo.

O fisco afirma que, como regra, a restrição de publicidade tem prazo máximo de cem anos, como previsto na Lei de Acesso à Informação.

Em fevereiro passado, a Receita havia disponibilizado os mesmos documentos, por considerar que, por se tratar de uma investigação encerrada, não havia restrição para a sua divulgação.

Foi vetada na ocasião apenas a disponibilização de dois relatórios do Coaf (órgão federal de inteligência financeira) e de uma planilha com registros de acessos feitos por auditores fiscais nos dados de Flávio que constava do processo.

Tanto a liberação dos papéis em fevereiro como a negativa em julho ocorreram em pedidos via Lei de Acesso à Informação. Em recurso feito após a última negativa, a Receita não explicou a razão da mudança de entendimento. Procurada, a assessoria de imprensa do órgão não comentou o caso.

Os papéis mostram que a Receita mobilizou por quatro meses cinco servidores para tentar confirmar a tese de defesa do senador, segundo a qual ele teria tido seus dados fiscais acessados e repassados de forma ilegal ao Coaf.

O objetivo era reunir provas para anular a origem das investigações que culminaram na acusação contra o senador de desviar R\$ 6,1 milhões de recursos públicos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ao recolher parte do salário de assessores quando era deputado estadual.

A denúncia foi arquivada após decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) e do STJ (Superior Tribunal de Justiça) anularem as provas do caso.

O primeiro relatório do Coaf, porém, segue válido e pode ser usado num novo pedido de quebras de sigilo bancário e fiscal para que a apuração seja refeita com novas provas.

Além da nova restrição de acesso, a solicitação feita pela Folha em fevereiro, bem como a resposta com os documentos da Receita, também foi apagada do sistema de busca de pedidos e respostas do Fa-la.br, plataforma mantida pela CGU (Controladoria-Geral da União) para gerir as demandas por informação da população. O órgão não explicou a razão.

As 181 páginas do processo mostram que, de outubro de 2020 a fevereiro de 2021, a Receita deslocou dois auditores-fiscais e três analistas tributários para fazer a apuração.

Essa investigação foi objeto de requerimento apresentado pela defesa de Flávio ao então secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto.

Na petição, datada de 25 de agosto de 2020, o filho do presidente Jair Bolsonaro requisitou apuração com a máxima urgência para identificação de nome, CPF, qualificação e unidade de exercício/lotação de auditores da Receita que, segundo ele, desde 2015 acessaram seus dados fiscais, de sua mulher, Fernanda, e de empresas a eles relacionadas.

A tese era a de que servidores da Receita no Rio de Janeiro haviam vasculhado de forma ilegal os dados de Flávio e de familiares e, a partir daí, repassado informações a o Coaf, órgão responsável pelo relatório de inteligência enviado ao Ministério Público do Rio e que deu origem à investigação das "rachadinhas" contra o filho do presidente e ex-assessores.

A suspeita foi inspirada em denúncia feita por auditores fiscais no sindicato da categoria contra membros da Corregedoria da Receita. Eles afirmavam que os supostos acessos ilegais eram feitos para perseguir desafetos.

Os papéis mostram que a investigação do fisco

concluiu pela improcedência das teses do filho do presidente. A conclusão da comissão formada foi de que a acusação dos auditores não tinha resultado em nenhuma prova de ato ilegal pela Corregedoria.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

73

Ela apontou que os dados do relatório de inteligência do Coaf não tinham nenhuma informação estranha àquele órgão e que todo e qualquer acesso aos sistemas e bancos de dados fiscais possuem registros de quem o efetuou e de quando foi realizado.

Após a Folha revelar a mobilização do órgão em favor da defesa de Flávio, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) entrou com representação na Procuradoria-Geral da República para apuração do caso.

A defesa de Flávio afirmou em petição à PGR que não sabia da apuração feita pela Receita após seu pedido. Apontou ainda o que considera inconsistência da conclusão do fisco sobre a ausência de indícios.

Citou como exemplo o fato de a Receita ter informado ao TCU (Tribunal de Contas da União), em outro processo, a identificação de ao menos um acesso indevido aos dados fiscais do senador.

Mencionou também o fato de a comissão de servidores ter sido presidida por Diogo Esteves Rezende, que, segundo documentos do processo, integrava o Escritório de Corregedoria da 7ª Região Fiscal, o órgão que era acusado por Flávio de cometer ilegalidades.

Diferentes órgãos federais já decretaram sigilos a informações de interesse de Jair Bolsonaro e de sua família. Em 2021, por exemplo, o Exército apontou risco à segurança dele e da filha Laura, para impor sigilo aos documentos que embasaram a autorização para matrícula excepcional dela no Colégio Militar de Brasília.

Uma comissão formada por servidores de alto escalão de sete ministérios do governo também negou pedido da Folha e manteve sigilo de cem anos ao processo interno do Exército que decidiu não aplicar nenhuma punição ao general Eduardo Pazuello pela participação em um ato político ao lado de Bolsonaro.

O GSI (Gabinete de Segurança Institucional) colocou sob sigilo as informações de visitas dos filhos do presidente ao Palácio do Planalto.

O órgão também chegou a decretar sigilo sobre reuniões de Bolsonaro com pastores suspeitos em esquema no MEC, mas depois recuou.

Também foi decretado sigilo sobre o cartão de vacinação de Bolsonaro.

Leão mais faminto

JADER XAVIER

A partir de 2023, trabalhadores que recebem um salário mínimo e meio terão que pagar o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) pela primeira vez desde a criação do Plano Real. Com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo Congresso Nacional, a previsão é a de que o salário mínimo suba para R\$ 1.294 no ano que vem. Como a isenção do tributo é para renda mensal de até R\$ 1.903,97, o trabalhador que ganhar R\$ 1.941 por mês será taxado em 7,5%, sendo obrigado a recolher R\$ 142,80.

Hoje, o salário mínimo é de R\$ 1.212 e quem recebe um salário e meio tem renda mensal de R\$ 1.818. A proposta do governo, que consta da LDO já aprovada pelo Legislativo, é corrigir o valor pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o que ampliaria a faixa de contribuintes pois a isenção atual só vai até R\$ 1.903,97.

A taxação desse grupo preocupa especialistas.

"O entendimento de renda é aquilo que me deixa mais rico. Por isso se chama Imposto de Renda. O salário mínimo não tem ganho real há anos. Então, se não tem esse ganho, o que o governo está tributando é a **inflação**. Ou seja, o que o trabalhador ganha para sobreviver está sendo taxado", ressalta o professor de Planejamento Tributário Ibmec Antonio Paulo Machado.

SOBREVIVÊNCIA

A isenção do imposto de renda acontece, em tese, para evitar taxar aquelas pessoas que recebem apenas o suficiente para sobreviver e bancar despesas com saúde, alimentação, educação, transporte, vestuário e lazer. Um estudo de janeiro de 2022 do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco) aponta que a defasagem na correção da tabela do IR está em 134%.

A última vez que a tabela foi corrigida foi em 2015. De acordo com um levantamento do Dieese, a isenção do imposto de renda deveria estar em um patamar máximo de renda de R\$ 5 mil. Citando esses dados, Machado alerta que um reajuste na tabela é urgente, mas não acredita que aconteça antes de 2023.

"Acho pouco provável que ocorra a mudança antes da inclusão desses novos contribuintes. Bastaria o

governo emitir uma Medida Provisória até 31 de dezembro deste ano. Mas não creio que vá acontecer".

Se a previsão para o ano que vem se concretizar, outro problema apontado pelos especialistas aconteceria a partir da falta de educação financeira da população brasileira. Para o especialista em direito tributário e advogado Antônio Carlos Castro, esse "novo contribuinte", que não tem costume e nem histórico familiar de declaração do tributo, pode enfrentar uma série de problemas.

"Muitas pessoas não conseguiriam compreender a própria opção de contribuinte, exercer os deveres tributários de declaração e até mesmo o direito de restituição".

PUNIÇÃO

E o que pode acontecer caso o contribuinte não declare? "Ele recebe uma multa de 20% sobre o tributo devido, com um patamar mínimo de R\$ 187. Além disso, ele vai cair malha fina, vai

Site:

<https://digital. hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/ind ex.jsp?serviceCode=login&edicao=15122>

Mantida compensação para ICMS

Após acordo de líderes com o governo, o Congresso Nacional rejeitou ontem seis dos 15 dispositivos vetados (Veto 36/2022) pelo presidente Jair Bolsonaro relativos ao Projeto de Lei Complementar 18/2022, que trata da compensação da União aos estados pela fixação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em patamares mínimos (17% ou 18%). O projeto foi sancionado em junho como Lei Complementar 194/2022. Os itens reincluídos serão promulgados. Outros três itens do veto (6,14 e 15) foram destacados e terão a votação adiada. Eles determinam o uso do repasse para manter as aplicações mínimas em saúde e educação, conforme prevê a Constituição. Permanecem vetados os itens 8a13do veto, que trancam a pauta do Congresso Nacional a partir de 6 de agosto.

Entre os itens do veto presidencial derrubados por senadores e deputados está o que previa a compensação financeira por meio do desconto de parcelas de dívidas refinanciadas pela à União, e o que previa a compensação aos estados por meio da apropriação da parcela da União relativa à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Essa regra vale apenas para a unidade da Federação que não tenha dívida administrada com a Secretaria do Tesouro Nacional ou com garantia da União ou ainda se o saldo dessas dívidas não for suficiente para compensar integralmente a perda de arrecadação.

Outro dispositivo que caiu do veto zera a cobrança da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) sobre produtos como gasolina e etanol.

Os parlamentares decidiram adiar a votação de três dispositivos do veto que foram destacados durante a votação dessa quinta-feira, e só devem ser analisados após o recesso parlamentar. Entre eles, o item 6, que havia sido vetado pelo chefe do Executivo. Incluído por senadores e deputados, a norma pretende proteger recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). De acordo com a emenda, a União deve transferir dinheiro suficiente para que os estados atinjam os percentuais mínimos exigidos para as áreas de educação e saúde (itens 14 e 15). O ICMS é a principal fonte de financiamento para essas despesas.

O dispositivo vetado previa uma compensação para perdas ocorridas em 2022. O repasse seria interrompido quando as alíquotas do tributo retornassem aos patamares vigentes antes da publicação da lei complementar. Para Jair Bolsonaro, a medida geraria impacto fiscal para a União e ampliaria "possíveis desequilíbrios financeiros".

MANTIDOS Os parlamentares mantiveram vetos do Poder Executivo dos itens 8a13, que alteravam a composição dos conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, vinculados ao Ministério da Economia. De acordo com o texto aprovado pelo Parlamento, eles seriam compostos por três membros com experiência profissional e conhecimento técnico nas áreas de gestão de finanças públicas, recuperação judicial de empresas, gestão financeira ou recuperação fiscal. Para o Palácio do Planalto, a matéria "incorre em vício de inconstitucionalidade, pois versa sobre organização de unidade administrativa do Poder Executivo federal", conforme consta da justificativa do veto.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/07/2022/p1>

Saiba como escolher onde aplicar sua previdência privada

A maioria das pessoas seleciona de forma errada seu plano de previdência privada. Essa falha ocorre devido ao desconhecimento ou confusão dos investidores sobre o que é este produto. Explico abaixo esta confusão e como você deve escolher onde aplicar sua previdência.

O principal motivo de investidores se equivocarem em como aplicar sua previdência privada reside em sua incompreensão. Investidores veem Aposentado acompanhar no computador os rendimentos de suas aplicações e confundem a previdência privada com um produto que vai gerar a elas uma aposentadoria.

Os aplicadores confundem previdência privada com **INSS** ou previdência pública. Nesta última, os contribuintes pagam determinado valor relacionado a sua renda e, no futuro, esperam receber uma renda.

Assim, a previdência pública está relacionada a dois fatores: o valor de sua contribuição e a regra vigente para a aposentadoria. Sim, a regra pode mudar, como já ocorreu em passado recente. Mas não estamos aqui para discutir previdência pública.

Previdência privada é diferente de previdência pública.

A previdência privada é simplesmente um veículo de acumulação. Como já expliquei no passado, na grande maioria dos casos, ninguém deveria contratar o benefício associado à previdência privada.

Então, previdência privada não serve para a aposentadoria?

Existem diversos benefícios de se aplicar em previdência privada como já abordei no passado, mas não se deve contratar seu benefício de geração de renda.

A renda que você vai obter com sua previdência vai ser simplesmente por meio de resgates periódicos desta durante a aposentadoria.

Isso quer dizer que o que você vai obter no futuro depende de três fatores: contribuição, retorno e tempo.

Portanto, quanto maior a contribuição, o retorno e o tempo, maior será o valor acumulado. Quanto maior o patrimônio final, mais você poderá resgatar,

mensalmente, para usufruir em sua aposentadoria.

Previdência privada é um fundo de investimento, como os que você, eventualmente, já possui em sua carteira. De fato, vários fundos de investimentos distribuídos no mercado podem ser investidos via o veículo aberto ou o de previdência. Todo o seu patrimônio financeiro e imobiliário poderá ser usado em sua aposentadoria para geração de renda. Sua previdência privada não deve ser encarada como algo separado. Ela está inserida neste portfólio.

Portanto, a escolha de onde você deveria investir sua previdência privada não é uma decisão separada daquela de seu portfólio total.

Por exemplo, suponha que seu planejamento financeiro termina que o portfólio seja dividido nas seguintes classes de investimentos e proporções: 80% em renda fixa, 10% em multimercados e 10% em renda variável. Este planejamento considera, dentre outros fatores, os objetivos de retorno e restrições de risco do investidor.

Você poderia ter produtos de previdência distribuídos em qualquer uma destas classes de investimento ou em todas dentro de seu portfólio. De fato, apesar de poder estar em quaisquer destas classes, há uma que se aproveita mais de um dos benefícios da previdência privada. Vou abordar sobre isso em um próximo artigo.

Finalmente, a escolha dos fundos específicos de previdência obedece aos mesmos critérios de seleção de qualquer fundo. Os critérios são definidos pelos 5 Ps, que já expliquei no passado: produto, performance, pessoas, processos e perspectiva.

Portanto, se você está em dúvida sobre onde aplicar, dê um passo atrás e primeiro defina seu planejamento financeiro. A seleção de onde aplicar vai ser resultante deste plano e da escolha dos melhores fundos de previdência conforme classificação dos 5PS.

Quatro lições de hoje: 1 - Previdência privada é um veículo de acumulação que possui benefícios fiscais e sucessórios; 2 - Você não deve contratar o benefício de renda associado a seu plano de previdência no momento da aposentadoria; 3 - A escolha de onde aplicar sua previdência está associada a seu portfólio de investimentos como um todo; 4 - A classificação

dos produtos de previdência segue os mesmos critérios de seleção de fundos de investimentos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49973&anchor=6459519&pd=9fdd7ba966add3a4b6c22a0bbbfc2dc>

2023 (XII): Salário mínimo (Artigo)

Fabio Giambiagi Economista

Este é o décimo segundo encontro para tratar de propostas para 2023. O tema de hoje é a política do salário mínimo (SM). A despesa com a previdência do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é da ordem de R\$ 800 bilhões. E em torno de 40% dessa despesa está indexada ao SM: um aumento real de 1% do salário mínimo significa um incremento da despesa de mais de R\$ 3 bilhões.

Ora, R\$ 3 bilhões foi toda a despesa federal com o apoio à Ciência e Tecnologia em 2021, tirando a folha de funcionários da área. Isso dá uma pista do tipo de dilema envolvido em decisões simpáticas aos olhos do público.

Há outros dados relevantes a lembrar: i) entre fins de 1994 e 2021, o poder aquisitivo real do SM teve um aumento acumulado de 161%; ii) nos últimos 25 anos, a despesa com benefícios previdenciários e assistenciais de exatamente um salário mínimo passou de 1,4%, em 1997, para uma estimativa de 3,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022; e iii) nesse processo, o SM, que no começo da estabilização, em 1995, correspondia a 26% da renda per capita do Brasil, em 2021 representou 35% dessa variável.

Se, em meados da década de 1990, elevar o valor real do salário mínimo - de apenas da ordem de US\$ 70 quando o Plano Real foi lançado - fazia sentido, hoje, com o SM tendo tido sua capacidade de compra multiplicada por um fator 2,6 desde aquela época, com nossa situação fiscal, com um crescimento que deixa a desejar e com 11 milhões de desempregados, as prioridades do País precisam ser sair da situação difícil em que nos encontramos, "engatar uma terceira" no processo de crescimento e reduzir o desemprego.

Por isso, sugere-se que o próximo governo envie ao Congresso uma proposta que, a partir do valor da variável para 2023, indexe o salário mínimo por oito anos, em todo mês de janeiro, à variação acumulada do IPCA-15 entre dezembro de 2022 e o mês de dezembro de cada ano imediatamente anterior ao da vigência do valor, arredondado para o inteiro superior para manter a tradição de o SM ser um valor inteiro e não ter centavos.

A indexação ao IPCA-15 se justifica porque assim o valor poderia ser conhecido todo fim de ano, evitando o problema de ter que "adivinhar" a **inflação** de

dezembro presente em anos anteriores.

Quanto à diferença entre o IPCA e o INPC, é irrelevante: entre dezembro de 1994 e dezembro de 2021, a variação média anual do primeiro foi de 6,88% e do segundo, de 6,96% - quase a mesma coisa.

Daqui a vários anos, o governo a ser eleito em 2030, na próxima década, definiria em 2031, em outro contexto, que política adotar daí em diante.

Fabio Giambiagi Economista

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Itens derrubados pelos senadores

Entre os itens derrubados por senadores e deputados, está o que suprimia a compensação financeira por meio do desconto de parcelas de dívidas refinanciadas pela União, e o que previa a compensação aos estados por meio da apropriação da parcela da União relativa à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A regra da CFEM vale apenas para a unidade da federação que não tenha dívida administrada com a Secretaria do Tesouro Nacional ou com garantia da União ou ainda se o saldo dessas dívidas não for suficiente para compensar integralmente a perda de arrecadação.

Outro dispositivo resgatado pelos congressistas zera a cobrança da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) sobre produtos como gasolina e etanol.

Os parlamentares decidiram adiar a votação de três dispositivos do veto que foram destacados durante a votação desta quinta-feira, e só devem ser analisados após o recesso parlamentar. Entre eles o item 6, que havia sido vetado pelo chefe do Executivo. Incluído por senadores e deputados, a norma pretende proteger recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). De acordo com a emenda, a União deve transferir dinheiro suficiente para que os estados atinjam os percentuais mínimos exigidos para as áreas de educação e saúde (itens 14 e 15). O ICMS é a principal fonte de financiamento

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf/20220715#page/20>

PEC que proíbe despesas sem fonte de receita é aprovada

Ontem, 14, a Câmara dos Deputados aprovou a PEC 122/2015, que proíbe a União de criar despesas para municípios e estados sem que haja previsão de fontes orçamentárias e financeiras ou transferência dos recursos necessários para a prestação de um serviço público. De acordo com os entes federados, não há meios para arcar com alguns programas criados pela legislação federal.

O texto é de autoria da ex-senadora Ana Amélia (PP-RS), que defende que a proposta de emenda constitucional tem por objetivo minimizar os reflexos negativos da transferência de encargos de uma entidade política para outra. Para ela, tornou-se algo comum para a União, criar encargos a estados e municípios para execução de serviços ou políticas públicas sem a garantia dos recursos necessários para a implementação efetiva.

A PEC foi aprovada em primeiro turno com 383 votos favoráveis, contra 27 e, em segundo turno, com um placar de 379 a 22. As únicas despesas em que a nova decisão não se aplica são as decorrentes da fixação do salário mínimo e as obrigações assumidas espontaneamente pelos entes federados. "[A proposta] Visa garantir que municípios e estados e União não sejam penalizados por decisões tomadas nesta Casa sem se prever dotação orçamentária", defendeu o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

De acordo com ele, o texto cria uma regra para que o Congresso tenha o cuidado de prever as matérias que serão votadas com antecedência e coloca, também, no orçamento as previsões para arcar com tais despesas.

É válido ressaltar que o texto foi aprovado com algumas alterações. Por exemplo, foi suprimido o trecho que impossibilitava a aprovação de leis que criam ou aumentam despesas que não constem na lei orçamentária anual ou no projeto de lei orçamentária que é enviado pelo Executivo todos os anos.

Críticas

A PEC, porém, não foi defendida por todos, sendo criticada pelo deputado federal Afonso Florence (PT-BA), que acredita que a chamada "Lei de Responsabilidade Fiscal" já prevê tais restrições. Esta,

é uma lei complementar do Brasil, que tem por objetivo controlar os gastos da União, estados, Distrito Federal e municípios, impedindo assim, que os gestores realizem grandes obras públicas e deixem a conta para quem assume o cargo posteriormente.

Para Florence, não se deve "amarrar o que já é muito restrito", em relação aos programas sociais. A deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) também se manifestou contra a aprovação, afirmando que a PEC pode restringir a delimitação de pisos nacionais. "O piso do farmacêutico foi aprovado ontem [quarta-feira, 13] na Comissão de **Seguridade Social**", disse ela, referindo-se a aprovação da PEC que visa dar segurança jurídica a um projeto de lei que prevê o piso salarial a esses profissionais. Além disso, as prefeituras acreditam que podem perder até R\$ 250,6 bilhões ao ano por conta de decisões semelhantes.

Bolsonaro

Recentemente, no dia 5 de julho, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Zukowski, informou que o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (PL), teria se comprometido a apoiar a aprovação da PEC. De acordo com ele, que teve uma reunião com o chefe do Executivo, isso foi determinado pelo presidente e tudo estaria "praticamente acertado".

Para o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos--PE), relator na comissão especial, a PEC é uma forma de impedir o que se chama de federalismo predatório. "Conforme apontado pela CNM, a municipalização de diversas políticas públicas, por meio dos Programas Federais, levou ao aumento da quantidade de funcionários públicos municipais, ao mesmo tempo em que se verificou a redução do número de servidores estaduais e federais. Essa tendência tem levado ao comprometimento de parcela significativa das receitas municipais com o gasto de pessoal", detalhou.

Costa Filho exemplificou também, que as legislações que instituíram o piso nacional do magistério público da educação básica, dos agentes comunitários de saúde e dos agentes comunitários de combate às endemias teriam posto pressão nos cofres da gestão municipal, principalmente, aqueles que tinham menor capacidade financeira.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/15-07-2022-edicao24354/>

A política do salário mínimo

Este é o décimo segundo encontro para tratar de propostas para 2023. O tema de hoje é a política do salário mínimo (SM). Para entender a essência do que será discutido aqui, peço ao leitor para levar em conta duas coisas.

A primeira é a importância de uma palavra chave: previsibilidade. Se o país tem uma taxa de investimento baixa, que não permite aspirar a objetivos de crescimento mais ambiciosos, é entre outras coisas porque temos a marca da imprevisibilidade.

Nessas circunstâncias, tomar decisões de investimento de longo prazo é algo que envolve um conjunto de incertezas muito maior que aquele presente em outros países. O resultado é o país que temos.

A segunda questão a levar em consideração é a relação entre o SM e a Previdência. A despesa com a previdência do **INSS** é da ordem de grandeza de R\$ 800 bilhões. E em torno de 40% dessa despesa está indexada ao SM. Isso significa que um aumento real de 1% do SM - compreensivelmente, alguém poderia exclamar: "apenas R\$ 12!" - significa um incremento da despesa de mais de R\$ 3 bilhões.

No contexto da vigência de uma restrição orçamentária, se um gasto aumenta, outro tem que cair. Para que o leitor tenha uma ideia, R\$ 3 bilhões foi toda a despesa do governo federal com o apoio para ciência e tecnologia em 2021, tirando a folha de funcionários da área. Isso dá uma pista do tipo de dilema envolvido em decisões que soam simpáticas aos olhos da opinião pública.

Há outros três dados relevantes a lembrar:

i) entre fins de 1994 e 2021, o poder aquisitivo real do SM teve um aumento acumulado de 161%;

ii) devido a isso, nos últimos 25 anos, a despesa com benefícios previdenciários e assistenciais de exatamente um SM passou de 1,4% em 1997, para uma estimativa de 3,9% do **PIB** em 2022; e

iii) nesse processo, o SM, que no começo da estabilização, em 1995, correspondia a 26% da renda per capita do Brasil, em 2021 representou 35% dessa variável.

O fato é que, no Brasil, resumidamente, o SM não é mínimo, porque devido às características de nosso

mercado de trabalho informal, há uma grande proporção de pessoas que ganham abaixo desse valor.

E, ao mesmo tempo, é uma variável que impacta poderosamente as contas fiscais, em função dos efeitos quantitativos acima explicados.

Se, em meados da década de 1990, elevar o valor real do SM, de apenas da ordem de US\$ 70 quando o Plano Real foi lançado, fazia sentido, hoje, com o SM tendo tido sua capacidade de compra multiplicada por um fator de 2,6 desde aquela época; com nossa situação fiscal; com um crescimento que deixa a desejar; e com 11 milhões de desempregados, as prioridades do país precisam ser sair da situação difícil em que nos encontramos, "engatar uma terceira" no processo de crescimento e, principalmente, reduzir a taxa de desemprego que tanta angústia gera em milhões de lares do país.

Por isso, como parte da política econômica futura, sugere-se que o próximo governo envie ao Congresso uma proposta de lei que, a partir do valor da variável para 2023, indexe o SM por um período de oito anos, todo mês de janeiro de cada ano, à variação acumulada do IPCA-15 entre dezembro de 2022 e o mês de dezembro de cada ano imediatamente anterior ao da vigência do valor, arredondado para o número inteiro imediatamente superior, para manter a tradição do SM não ter centavos.

A indexação ao IPCA-15 se justifica porque, assim, o valor poderia ser conhecido todo final de ano, evitando o problema de ter que "adivinhar" a **inflação** de dezembro presente em anos anteriores. Quanto à diferença entre o IPCA e o INPC, é irrelevante: entre dezembro de 1994 e dezembro de 2021, a variação média anual do primeiro foi de 6,88%, e a do segundo, de 6,96%: quase a mesma coisa.

Com essa medida, o poder aquisitivo da variável estaria preservado e se teria um bom horizonte de previsibilidade para a política econômica. O governo a ser eleito em 2030, na próxima década, então, definiria em 2031, em outro contexto, que política adotar daí em diante.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/fabio-giambiagi/coluna/2022/07/a-politica-do-salario-minimo.ghtml>

Salário mínimo de 2023 deve superar R\$ 1.300, sem ganho real

Economia

/ Do R7

O Ministério da Economia reduziu de 8,1% para 7,4% a expectativa de alta do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador responsável por medir a **inflação** das famílias mais pobres e serve como base para o reajuste do salário mínimo e das aposentadorias, em 2022.

Caso o avanço seja concretizado, a remuneração mínima paga aos trabalhadores subirá dos atuais R\$ 1.212 para R\$ 1.301,81, um aumento de R\$ 89,81. Na estimativa anterior, o salário mínimo saltaria para R\$ 1.310,17 (+R\$ 98,17).

O valor é maior que o previsto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023, aprovada pelo Congresso Nacional na última terça-feira (12). Pela proposta, o salário mínimo de 2023 será de R\$ 1.294.

As estimativas de que **inflação** será menor em 2022 são justificadas pela redução das alíquotas do ICMS sobre gasolina e energia elétrica - após o governo federal ter zerado o PIS/Cofins sobre a gasolina e o etanol até o fim deste ano. Na avaliação das instituições, o alívio deve ser sentido no bolso das famílias somente até o fim de 2022.

Com apenas o repasse integral do INPC, o valor do novo salário mínimo deve representar o quarto ano consecutivo em que o piso nacional não garantirá uma reposição do poder de compra à população mais carente.

Entre 2015 e 2019, o salário mínimo pago aos brasileiros era calculado com base na expectativa para o INPC do ano e a taxa de crescimento real do **PIB** (Produto Interno Bruto) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - de dois anos antes.

A medida, estabelecida pela lei 13.152, foi interrompida a partir de 2020, quando o reajuste passou a ter como base apenas a expectativa para a **inflação** do ano anterior, sem garantir ganho real.

Segundo estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo é a base da remuneração de 50 milhões de trabalhadores e beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e deveria figurar, em junho, na casa dos R\$ 6.527.

Ao conceder um reajuste do salário mínimo sem a reposição do poder de compra, o governo federal gasta menos. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o piso da remuneração.

Cálculos mostram que cada real no salário mínimo implica despesa extra superior a R\$ 350 milhões nos cofres públicos. A Constituição, no entanto, determina que o salário mínimo deve ser corrigido, ao menos, pela variação do INPC do ano anterior.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/salario-minimo-de-2023-deve-superar-r-1300-sem-ganho-real-15072022>

Próximo governo deveria propor que salário mínimo seja indexado ao IPCA-15

Este é o décimo segundo encontro para tratar de propostas para 2023. O tema de hoje é a política do salário mínimo (SM). A despesa com a previdência do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é da ordem de R\$ 800 bilhões. E em torno de 40% dessa despesa está indexada ao SM: um aumento real de 1% do salário mínimo significa um incremento da despesa de mais de R\$ 3 bilhões.

Ora, R\$ 3 bilhões foi toda a despesa federal com o apoio à Ciência e Tecnologia em 2021, tirando a folha de funcionários da área. Isso dá uma pista do tipo de dilema envolvido em decisões simpáticas aos olhos do público.

Há outros dados relevantes a lembrar: i) entre fins de 1994 e 2021, o poder aquisitivo real do SM teve um aumento acumulado de 161%; ii) nos últimos 25 anos, a despesa com benefícios previdenciários e assistenciais de exatamente um salário mínimo passou de 1,4%, em 1997, para uma estimativa de 3,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022; e iii) nesse processo, o SM, que no começo da estabilização, em 1995, correspondia a 26% da renda per capita do Brasil, em 2021 representou 35% dessa variável.

Se, em meados da década de 1990, elevar o valor real do salário mínimo - de apenas da ordem de US\$ 70 quando o Plano Real foi lançado - fazia sentido, hoje, com o SM tendo tido sua capacidade de compra multiplicada por um fator 2,6 desde aquela época, com nossa situação fiscal, com um crescimento que deixa a desejar e com 11 milhões de desempregados, as prioridades do País precisam ser sair da situação difícil em que nos encontramos, engatar uma terceira no processo de crescimento e reduzir o desemprego.

Por isso, sugere-se que o próximo governo envie ao Congresso uma proposta que, a partir do valor da variável para 2023, indexe o salário mínimo por oito anos, em todo mês de janeiro, à variação acumulada do IPCA-15 entre dezembro de 2022 e o mês de dezembro de cada ano imediatamente anterior ao da vigência do valor, arredondado para o inteiro superior para manter a tradição de o SM ser um valor inteiro e não ter centavos.

A indexação ao IPCA-15 se justifica porque assim o valor poderia ser conhecido todo fim de ano, evitando

o problema de ter que adivinhar a **inflação** de dezembro presente em anos anteriores.

Quanto à diferença entre o IPCA e o INPC, é irrelevante: entre dezembro de 1994 e dezembro de 2021, a variação média anual do primeiro foi de 6,88% e do segundo, de 6,96% - quase a mesma coisa.

Daqui a vários anos, o governo a ser eleito em 2030, na próxima década, definiria em 2031, em outro contexto, que política adotar daí em diante.

* ECONOMISTA

Site: [https://www.terra.com.br/economia/proximo-governo-deveria-propor-que-salario-minimo-seja-indexado-ao-ipca-](https://www.terra.com.br/economia/proximo-governo-deveria-propor-que-salario-minimo-seja-indexado-ao-ipca-15,67181f892b4165e89c28107b635a1afc9kl6pumg.html)

[15,67181f892b4165e89c28107b635a1afc9kl6pumg.html](https://www.terra.com.br/economia/proximo-governo-deveria-propor-que-salario-minimo-seja-indexado-ao-ipca-15,67181f892b4165e89c28107b635a1afc9kl6pumg.html)

Servidores da Justiça dizem não à reforma

João gabriel freitas*

Servidores da Justiça e do Ministério Público lançaram documento com reivindicações políticas e administrativas. O evento ocorreu ontem, em Brasília, e teve a participação de entidades que representam a classe nos âmbitos estadual e federal - entre elas, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e Ministério Público (Fenajufe) e a Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenamp).

Um dos argumentos do documento diz respeito à proteção da democracia às vésperas das eleições de outubro. Segundo Alberto Ledur, coordenador da Fenamp, defender a democracia é um dever intrínseco aos **servidores públicos**.

"Nós, como parte do sistema, temos que nos manifestar em favor do país. Avaliamos que mesmo o sistema de Justiça precisa ser democratizado. É preciso uma harmonia entre poderes e instituições", disse.

Reforma administrativa

O grupo também se manifestou contra a reforma administrativa proposta pela PEC 32/2020 - que está pronta para ser votada no plenário da Câmara dos Deputados e altera dispositivos sobre **servidores públicos**. "A reforma administrativa vai contra o que entendemos como o dever de serviço à população. Avaliamos que a PEC 32 faz parte da desconstrução do funcionalismo público", afirmou Ledur.

O documento ainda defende maior inclusão de minorias em concursos públicos, a revogação do teto de gastos, além da interrupção e conversão de privatizações de estatais como a Eletrobras.

"As estatais têm papel fundamental. São o condutor da economia para que consigamos um desempenho saudável e eficaz. Todo esse debate considera a demanda das pessoas. As privatizações deixam o país dependente da política de preços de mercado, que é descolada da necessidade da população", finalizou o coordenador da Fenamp.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Enfermagem comemora piso

Representantes das categorias de enfermeiros e

auxiliares comemoraram a promulgação, ontem, da emenda Constitucional 124, decorrente da PEC 11/2022, que definiu um valor mínimo a ser pago aos profissionais. O texto foi aprovado em segundo turno na noite de quarta-feira pela Câmara dos Deputados com 473 votos a favor e sete contra. Para a diretora administrativa do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiro-DF), Ursula Nepomuceno, a promulgação é uma vitória para a categoria, que espera um piso salarial nacional há mais de 30 anos. "Ontem foi um dia histórico para toda a enfermagem brasileira, principalmente para os pequenos municípios e para o pessoal das Santas Casas e da rede privada. Porque o salário dessas pessoas é muito menor que o dos **servidores públicos**, de um modo geral", disse. A emenda garante piso de R\$ R\$ 4.750 para enfermeiros; R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem; R\$ 2.375 para auxiliares de enfermagem; e de R\$ 2.375 para parteiras.

Especialistas criticam oposição por apoiar PEC das Bondades

Táisa Medeiros

A celeridade com que a PEC das Bondades tramitou na Câmara - inclusive com manobras do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) - e o apoio da oposição à proposta provocaram críticas de especialistas. O texto, aprovado na quarta-feira em segundo turno, recebeu 469 votos a favor, 17 contra e duas abstenções.

A cientista política Beatriz Finochio apontou que diversas nuances comprovam o caráter eleitoreiro das medidas. No momento em que houve a necessidade de votar a PEC por videoconferência, houve uma mobilização geral para que tivesse aprovação. Coisas que em PECs muito mais necessárias, como a da **reforma tributária**, não acontecem. A cultura é de eleição e voto em primeiro lugar, e não a saúde econômica do país, reprovou. Ela destacou que a motivação eleitoreira não diz respeito apenas à base do governo. Na hora que tiver medidas populistas, não existe oposição, existe interesse em voto.

Também foi alvo de críticas a inclusão, na PEC, do estado de emergência, para driblar a Lei Eleitoral - a legislação proíbe benesses às vésperas das eleições, exceto em caso de emergência ou de calamidade pública. Esse é um marco importante da democracia, é o respeito às regras do jogo. Nesse caso, o que o governo propôs e o Congresso estabeleceu foi um flagrante inconstitucional, enfatizou Rodrigo de Carvalho, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep).

A falta de questionamentos sobre a medida e o apoio da oposição na votação são definidos como surpreendentes por Carvalho.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/502-2420-especialistas-criticam-oposicao-por-apoiar-pec-das-bondades.html>

Prévia do PIB recua em maio

No dia em que o Ministério da Economia anunciou melhora na previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2022, de 1,5% para 2%, o Banco Central informou que a economia diminuiu o ritmo em maio. O Índice de Atividade Econômica calculado pela instituição (IBC-Br) registrou queda de 0,11% naquele mês, na comparação com abril, dando sinais de que a esperada retomada não será tão fácil como o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma. O resultado foi pior do que o esperado pelo mercado, que apostava em alta de 0,1%.

Além disso, foi o segundo mês seguido de queda no indicador, considerado como uma prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em abril, o IBC-Br já havia apresentado recuo de 0,44% na comparação com março, quando houve alta de 1,09%. O índice acumula alta de 2,08% no ano e de 2,66% em 12 meses. Na comparação com maio de 2021, houve crescimento de 3,7%, também abaixo da estimativa do mercado, de 4%.

Para os economistas, o resultado mostra uma economia andando de lado, mas a tendência é de que novos estímulos como o aumento de benefícios sociais previsto pela PEC das Bondades - promulgada ontem pelo Congresso - estimulem a atividade nos próximos meses.

"Cortes recentes de **impostos** sobre combustíveis e gás de cozinha e o recentemente aprovado generoso pacote de medidas adicionais por fora do teto dos gastos devem adicionar cerca de 0,7% ao **PIB** em estímulos fiscais adicionais no segundo semestre", calcula o diretor de Pesquisa Macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

O efeito positivo, contudo, será de curto prazo, na visão dos analistas, uma vez que os benefícios duram apenas até o fim do ano, e devem gerar problemas fiscais, o que tende a afetar o crescimento de 2023. (RH e RG, com Agência Estado)

O preço de viajar por nossas BRs (Editorial)

Em período de férias escolares, quando aumentam as viagens pelas estradas que cortam o país, convém prestar atenção a alertas que saltam de estudos sobre acidentes ocorridos em trechos sob jurisdição da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em todo o Brasil. Mais: é importante reparar que o motorista brasileiro vem sendo obrigado a pagar ainda mais que a pesada contribuição por meio de **tributos** para viajar com um pouco mais de segurança, em um trânsito conhecido pela violência.

Segundo dados do Painel de Acidentes Rodoviários da Confederação Nacional dos Transportes, nos últimos 15 anos (2007/2021), morreram nas rodovias federais patrulhadas pela PRF mais de 100 mil brasileiros. Em números exatos, foram 104.756 vidas perdidas em desastres no período, com a impressionante média de 6.983 óbitos a cada 12 meses.

O prejuízo financeiro dessa tragédia nacional, estimado no mesmo estudo, foi de R\$ 12,19 bilhões só no ano passado. É muito, especialmente considerando que o país destinou menos da metade desse montante a investimentos para melhorar rodovias que, mais do que verbas, custam tanto sangue. A CNT aponta que o valor total efetivamente aplicado na malha rodoviária federal brasileira em 2021 foi de R\$ 5,76 bilhões.

Essa comparação chama a atenção para os dados de outro estudo, conduzido pela Fundação Dom Cabral e divulgado no início do mês. O trabalho analisou acidentes ocorridos entre 2018 e 2021 nas mesmas rodovias patrulhadas pela PRF, confrontando estatísticas de trechos concedidos à iniciativa privada ou sob gestão pública. E demonstrou que é, incrivelmente, mais perigoso trafegar em estradas sob controle e responsabilidade do poder público.

O estudo, que lançou mão de fórmulas para comparar proporcionalmente os dados de acidentes, reduzindo a influência da diferença de volume de tráfego entre as rodovias avaliadas, indica que o risco de desastres em estradas sob administração estatal é quatro vezes maior em relação àquelas geridas pelas concessionárias privadas.

De acordo com os resultados, proporcionalmente a taxa de acidentes é de 79,7% nos trechos sob gestão pública, contra 20,3% nos percursos delegados à iniciativa privada. Quando se trata da gravidade dos desastres, a conclusão é parecida. A chamada taxa de severidade de desastres em estradas sob administração do poder público chega a 80,4%, de

acordo com o estudo da Fundação Dom Cabral, contra 19,6% nas rodovias concedidas.

O trabalho permite várias considerações. A mais imediata, destacada pelos autores, é que os investimentos em segurança viária feitos nas rodovias sob administração particular são bem superiores àqueles executados nas sob gestão pública. O que leva à outra conclusão, com a qual concordam tanto o trabalho feito pela Fundação Dom Cabral quanto o levantamento da Confederação Nacional dos Transportes: a tragédia que se desenrola nas estradas brasileiras clama por soluções de financiamento.

O que o estudo sobre as diferenças de acidentes entre rodovias públicas e privatizadas não diz, mas permite inferir, é que o motorista brasileiro precisa pagar mais para correr menos risco. Como se não bastasse suportar uma das cargas tributárias mais pesadas do mundo, é preciso se render aos pedágios, que são sinônimo de rodovias concedidas, caso se queira viajar por pistas um pouco mais conservadas - mesmo que não sejam nenhum primor de estrutura, como testemunham usuários de algumas das BRs pedagiadas Brasil afora.

Um indicativo de que simplesmente privatizar o restante da malha rodoviária federal, como podem sugerir apressadamente alguns, pode não ser a melhor solução. Nem a mais barata, especialmente do ponto de vista do cidadão que paga tanto **impostos** quanto pedágios.

Usuários da malha rodoviária brasileira gostam de pensar em um cenário em que a gestão pública de recursos para rodovias seja tão eficiente quanto responsável; em que **impostos** sejam menos injetados na máquina pública e mais em máquinas trabalhando em obras de infraestrutura; e em um quadro no qual, apontada a privatização como melhor saída para determinada estrada, as concessionárias sejam efetivamente obrigadas a prestar um serviço de conservação, sinalização e ampliação condizente com os preços que cobram e com o tanto que arrecadam. Não parece pedir demais.

Sinal de alerta (Editorial)

País insular com 22 milhões de habitantes ao sul da Índia, o Sri Lanka vem despertando a atenção internacional tanto pela espiral de caos que se instalou internamente quanto pela dinâmica econômica que levou sua população a incendiar a casa do premiê, invadir a sede do governo e, finalmente, à fuga para as Maldivas do presidente Gotabaya Rajapaksa.

Há algumas semanas, o Sri Lanka tornou-se a primeira nação asiática a não honrar compromissos externos desde 1999. Devendo US\$ 50 bilhões a diferentes países e agências internacionais, a ilha sofreu drástica diminuição no crédito, o que provocou a escassez de recursos para a compra de alimentos, combustíveis e remédios.

Não é pequena a lista de erros cometidos pela administração de Rajapaksa, agravados pela pandemia da Covid-19 e pela guerra na Ucrânia. Cortes agressivos de **impostos** antes da crise sanitária e a subsequente paralisação da economia com o isolamento social levaram o país a conviver com um déficit fiscal equivalente a 10% do **PIB**, tornando impraticável lançar mão de políticas públicas para conter o atual levante social.

Embora extremos, os eventos no Sri Lanka têm sido acompanhados de perto por organismos como o Fundo Monetário Internacional, que passou a considerar a possibilidade de ocorrências desse tipo em países emergentes.

Segundo as Nações Unidas, os preços dos alimentos atingiram há algumas semanas o maior patamar da história. Embora tenha havido alguma estabilização ou mesmo queda nos valores recentemente, a diminuição da renda em muitos emergentes na pandemia -e a partir do surto inflacionário global- criou um caldo em que novos protestos podem ocorrer.

Segundo o Center for Strategic and International Studies, de Washington, países como Afeganistão, Síria, Etiópia, Egito e Líbano estão bastante suscetíveis a levantes populares neste momento.

Na América Latina, produtores agrícolas argentinos se manifestaram em rodovias na quarta (13) e suspenderam a venda de grãos e pecuária para exigir isenção de **impostos** e a normalização do abastecimento do óleo diesel, em escassez no auge da colheita.

No Brasil, embora não haja registro de protestos, há

cerca de 33 milhões de pessoas com dificuldade para se alimentar, a **inflação** segue em dois dígitos e a renda do trabalho é hoje menor do que há um ano.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49973>

Congresso libera doações do governo em ano eleitoral

Renato Machado e Danielle Brant Brasília

O Congresso Nacional aprovou nas últimas semanas propostas que turbinam o presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) no ano eleitoral, ao mesmo tempo que flexibilizou algumas amarras impostas pela legislação eleitoral.

Com o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e colocando a oposição contra a parede, Bolsonaro conseguiu ver o Congresso Nacional atuar para conter a alta dos preços dos combustíveis -que vinha desgastando o governo-e ainda poderá colher os dividendos de um pacote de bondades de R\$ 41,25 bilhões.

Deputados e senadores também conseguiram flexibilizar a legislação eleitoral, permitindo doações do governo federal de bens, valores ou benefícios para entidades privadas ou públicas dentro do período restrito pela legislação eleitoral.

O Congresso também havia flexibilizado as restrições financeiras e de tempo relacionadas com publicidade institucional dos governos. Essa iniciativa, no entanto, acabou barrada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Em uma sessão tumultuada na terça-feira (12), deputados e senadores aproveitaram que o foco estava na polêmica em torno da impositividade das emendas de relator e aprovaram dispositivos que combatem a transparência e liberam o governo de amarras eleitorais.

Em uma proposta que tratava de recursos para a área de ciência e tecnologia, foi incluído dispositivo que flexibiliza a legislação eleitoral e permite ao governo Bolsonaro realizar as doações, como informou O Estado de S. Paulo.

A legislação eleitoral veda atualmente uma série de práticas para agentes públicos que podem afetar "a igualdade de oportunidade entre candidatos no plano eleitoral".

Estão entre elas proibir a cessão de imóveis, contratar novos servidores e realizar pronunciamentos em rádio e televisão.

O dispositivo incluído excetua esse artigo e permite a

"doação de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública a entidades privadas e públicas, durante todo o ano, e desde que com encargo para o donatário". Ou seja, permite repasse para aliados políticos nos estados e municípios.

Em relação ao encargo para o donatário, um consultor legislativo explica que seria como, ao receber do governo federal um trator ou um caminhão, um município seria o responsável por providenciar o combustível e a manutenção.

Em abril, o Congresso já havia aprovado essa liberação para doações, mas para um período de até três meses antes das eleições.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) protestou contra a inclusão desse dispositivo, que libera as doações.

"Sem nada ter a ver com Orçamento nem com FNDCT (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), com ciência, coisa nenhuma, um jabuti do tamanho de um bonde para autorizar doações do patrimônio público em período eleitoral, o que é proibido por lei", afirmou ele.

O relator da proposta, deputado Carlos Henrique Gaguim (União Brasil-TO) defendeu a inclusão do dispositivo argumentando que se trata de equipamentos que estão se "depreciando" e que chegarão "na ponta para quem precisa".

O presidente da comissão do Orçamento, deputado Celso Sabino (União Brasil-PA), afirma que a medida não desrespeita a legislação eleitoral porque não se trata de doações diretas para os eleitores.

"E, como bem disse o Deputado Gaguim, abre a possibilidade de associações, por exemplo, de pescadores, de produtores rurais receberem tanques suspensos, receberem rede de pesca", afirmou.

Durante a sessão, os parlamentares aprovaram um item dentro de projeto que tratava de receitas e despesas que diminui a transparência no pagamento de emendas.

O trecho prevê que seus autores sejam identificados, exceto quando houver um remanejamento das emendas de comissões e das emendas de relator. Ou

seja, quando uma emenda de relator, por exemplo, for remanejada e transformada em uma emenda discricionário do Executivo, não haverá necessidade de identificar o novo responsável por indicara emenda.

Em maio, o Congresso já havia concluído a votação de um projeto de lei que retirava as amarras para a publicidade institucional em ano eleitoral. Esse tipo de publicidade é composta por inserções e publicações em veículos de mídia que divulgam atos, obras e programas dos governos.

A primeira flexibilização aumentou o limite de recursos que podem ser empenhados no primeiro semestre dos anos em que há eleições. A legislação atual proíbe publicidade institucional no segundo semestre, quando o pleito ocorre no território nacional.

O outro ponto, no entanto, flexibiliza a regra para determinar que a proibição não se aplica para a publicidade que esteja relacionada com o enfrentamento da pandemia.

PT e PDT ingressaram no STF com ação buscando barrar os efeitos desse projeto, o que aconteceu no começo deste mês.

Are tirada das amarras se soma às articulações que possibilitaram a transformação de uma proposta destinada inicialmente a amenizar o impacto dos preços dos combustíveis e que depois se tornou um pacote de bondades.

O governo Bolsonaro chegou a anunciar que destinaria cerca de R\$ 30 bilhões para compensar estados que optas sem por zerar as alíquotas dos **tributos** estaduais sobre os combustíveis.

Com a articulação do governo e de líderes do Senado, esses recursos foram direcionados e depois aumentados para se tornar no pacote de benefícios bilionários.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) bilionária foi aprovada pela Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (13). Ela prevê o aumento de R\$ 400 para R\$ 600 no valor do programa Auxílio Brasil, busca zerar a fila para o benefício, cria um auxílio para caminhoneiros e taxistas e dobra o valor do vale-gás.

O problema dos preços dos combustíveis, por sua vez, foi amenizado com a aprovação do projeto de lei que limitou em 17% a alíquota do ICMS sobre os combustíveis, em uma vitória do governo contra os governadores estaduais.

Nesta quarta-feira, em conversa com apoiadores no Palácio do Alvorada, Bolsonaro ironizou que a

imprensa o culpava pela alta dos preços dos combustíveis, mas não o culpava pela queda recente registrada nas bombas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49973>

Congresso restabelece compensação a estados por perdas com ICMS

Renato Machado Danielle Brant

O Congresso Nacional derrubou nesta quinta-feira (14) vetos do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao projeto de lei que limita **impostos** sobre combustíveis e restabeleceu dispositivos que preveem compensação aos estados pela perda de arrecadação.

Por outro lado, não houve acordo sobre o veto ao dispositivo que buscava garantir a recomposição de verbas para saúde e educação em caso de prejuízo a essas áreas devido à perda de arrecadação. Esse item será votado de maneira separada em sessão após o fim do recesso parlamentar.

Articulado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o projeto de lei era uma das apostas do governo federal para reduzir o preço dos combustíveis.

O projeto de lei aprovado por deputados e senadores prevê o estabelecimento de um teto de 17% para o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que incide sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes. A limitação tributária seria possível pois esses itens passam a ser considerados essenciais.

Após a sanção do projeto, diversos estados já reduziram suas alíquotas e houve redução do preço aplicado nas bombas de combustíveis.

Jair Bolsonaro sancionou o projeto, mas vetou itens que previam compensação a estados e municípios.

Durante a tramitação, os parlamentares incluíram dispositivo que prevê um "gatilho" que permite aos estados abater dívidas com a União, caso as medidas previstas na proposta levem a uma queda maior que 5% na arrecadação total com o ICMS.

Bolsonaro manteve esse mecanismo, mas por outro lado vetou todos os dispositivos que tratavam dessa compensação e da forma como ela se daria. E esses foram os itens cujos vetos foram derrubados pelos deputados e senadores na sessão do Congresso Nacional.

Com isso, ficam retomados os dispositivos que preveem, por exemplo, que o total das perdas de arrecadação de ICMS dos estados iria compor o saldo

a ser deduzido pela União.

Outro dispositivo que foi restabelecido prevê que estados sem dívidas com União e que registram perdas de arrecadação por causa da limitação do ICMS poderão ter a compensação feita no exercício de 2023 por meio da apropriação da parcela da União relativa ao CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), até o limite da perda.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49973>

Câmara cobra mudanças na Petrobras e avalia rever tributação sobre refinarias

Danielle Brant Julia Chaib

Menos de três semanas após a mais recente troca no comando da Petrobras, líderes do Congresso já cobram mudanças na política interna e na organização da estatal que teriam sido prometidas pelo presidente da empresa, Caio Paes de Andrade, e pelo ministro Adolfo Sachsida (Minas e Energia).

Além disso, preparam medidas legislativas que podem rever a tributação de refinarias. Na avaliação deles, as regras atuais impedem investimentos no país.

Paes de Andrade teve o nome confirmado pelo conselho da Petrobras para a presidência da companhia em 27 de junho. Sachsida foi nomeado ministro de Minas e Energia há pouco mais de dois meses, em 11 de maio.

A aliados o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criticou a velocidade de aumentos de preços pela Petrobras. Para ele, há um nervosismo "sem necessidade" da petroleira em repassar os reajustes.

Lira disse a esses interlocutores estar acompanhando diariamente a oscilação do barril de petróleo e destacou que o preço da commodity acumula queda nas últimas semanas. Essa redução, ressaltou, não foi repassada pela estatal.

O presidente da Câmara e o governo esperam que Paes de Andrade segure um eventual reajuste de preços de combustíveis, sobretudo durante a campanha eleitoral. Até então, Bolsonaro tem tentado, em vão, segurar os aumentos.

Desde o início do ano, a Petrobras aumentou três vezes o preço dos combustíveis. Diretores afirmam que segurar reajustes desrespeita normas e o próprio estatuto da estatal e que poderiam se tornam alvo de ações judiciais tanto no Brasil como no exterior.

Lira ainda afirmou a aliados estar esperando mudanças na empresa que teriam sido prometidas por Caio, e citou dificuldades na política interna, no funcionamento e na organização da estatal, além de ter criticado a política de preços.

De acordo com Lira, Caio indicou que promoveria mudanças internas na Petrobras, inclusive, tentando

alterar o estatuto da empresa -tarefa considerada difícil de ser executada devido à burocracia e dificuldade para mudar esse documento.

Lira considera as regras de nomeação de diretores da empresa muito rígidas e avalia que elas dificultam trocas na empresa e engessam o governo. Exemplo disso foi a demora de José Mauro Coelho em deixar o comando da estatal. Após o anúncio de que havia sido demitido, o então presidente ficou mais de um mês no posto até renunciar, em 20 de junho.

Deputados chegaram a defender uma mudança na Lei das Estatais para facilitar alterações no comando da empresa e queriam que o governo federal editasse até mesmo uma Medida Provisória, mas a ideia não foi para frente diante da resistência da equipe econômica.

Paulo Guedes (Economia) avaliou que alterar a lei seria vista como intervenção desnecessária na Petrobras.

Paes de Andrade e Sachsida ainda teriam uma missão a cumprir, segundo Lira, de trabalhar pela privatização da empresa.

No final de maio, Sachsida formalizou a inclusão da estatal na carteira do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). A qualificação da Petrobras ao PPI depende de aval do conselho do programa e seria o primeiro passo de um processo longo e que desde já enfrenta resistências no Congresso.

Já a mudança na política de preços é considerada mais complexa. No fim de junho, o ministro de Minas e Energia afirmou que o governo não tem poder para interferir no preço dos combustíveis.

Em outra frente, Lira indicou a interlocutores que pode rever a compensação de **impostos** que, em sua avaliação, beneficiaria distribuidoras e criaria amarras que tornam o país menos competitivo. Não houve mais detalhes sobre o que poderia ser mudado.

O presidente da Câmara citou a pessoas próximas, por exemplo, que a Petrobras cobraria mais caro pelo petróleo que vende para a refinaria de Landulpho Alves, na Bahia, privatizada no fim de 2021, do que para refinarias na China, beneficiando, assim, as do exterior.

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), inclusive, determinou em maio a abertura um inquérito para apurar se a Petrobras cobra mais pelo produto que vende para a refinaria da Bahia.

Especialistas no setor, porém, negam ter qualquer tipo de regra que beneficie distribuidoras. A Petrobras também vem negando qualquer tipo de discriminação quanto à refinaria.

Bolsonaro permanece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, em meio aos preço em alta do diesel, da gasolina e do gás de cozinha.

Por isso, Bolsonaro articulou junto ao Congresso a aprovação de um projeto de lei complementar que estabelece um teto para as alíquotas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes.

O governo também trabalhou junto ao Congresso para aprovar a PEC dos bilhões, que promove dobrar o valor do vale-gás para cerca de R\$ 120, garante um benefício de R\$ 1000 para caminhoneiros e taxistas e aumenta o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

73

Petróleo cai ao menor valor desde o início da guerra

Clayton Castelani

O petróleo atingiu seu menor valor nesta quinta-feira (14) desde a eclosão da Guerra da Ucrânia. O barril de Brent chegou a ficar abaixo dos US\$ 95 (R\$ 518). Houve recuperação no final da tarde, e a commodity caminhava para encerrar o dia perto da estabilidade (alta de 0,17%), cotada a US\$ 99,74 (R\$ 544,20).

A invasão comandada pelo presidente russo, Vladimir Putin, levou a uma disparada do petróleo no começo do ano, que chegou a ficar acima dos US\$ 130 à medida em que países impunham sanções ao país, um dos maiores exportadores mundiais da commodity.

O movimento de queda, agora, ocorre na esteira de temores de uma **inflação** global e seu impacto sobre a demanda.

"Commodities são o seu melhor indicador econômico, e o que elas estão dizendo é que há sofrimento à vista para a economia", afirmou o especialista em petróleo Stephen Schork ao Financial Times.

O tombo desta quinta ocorre um dia após a **inflação** nos Estados Unidos ter renovado a maior alta em quatro décadas, o que levou os mercados a apostar que o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) promoverá uma alta de juros ainda mais agressiva do que a esperada.

O aperto ao crédito tem o objetivo de frear a alta de preços na principal economia do planeta, mas o efeito colateral poderá ser uma recessão mundial.

Esse cenário leva investidores a estimarem quedas da atividade industrial, no consumo e na arrecadação de **impostos**. É uma percepção que provoca desvalorização generalizada das ações de empresas e depreciação das matérias-primas como o petróleo.

O contexto de maior aperto monetário dos EUA e temor de uma recessão global é adverso para mercados emergentes, com grande dependência de commodities, como o brasileiro.

A Bolsa de Valores brasileira caiu nesta quinta à sua pontuação mínima em 20 meses. Com perda de 1,80% no dia, o índice de referência Ibovespa mergulhou aos 96.212 pontos, seu menor patamar

desde 3 de novembro de 2020.

Parte considerável da baixa no mercado de ações no Brasil foi provocada justamente pelo tombo do setor de commodities, com destaque para o afundamento de quase 7% dos contratos futuros de minério de ferro no fim desta tarde. A mineradora Vale despencou 6,66%.

As ações mais negociadas da Petrobras caíram 2,69%.

Em busca de segurança, investidores procuraram ativos ligados ao dólar. Houve valorização global da moeda americana, segundo o indicador da Bloomberg.

No Brasil, o dólar subiu 0,51%, aos R\$ 5,4320. Durante o pregão, chegou a ser cotado a R\$ 5,49, na máxima do dia.

Nos Estados Unidos, a largada da temporada de balanços ajudou o mercado de ações de Nova York a sair das mínimas registradas ao longo do dia. Ainda assim, o indicador de referência S P 500 registrou baixa de 0,30%. O Dow Jones, que acompanha companhias de grande valor, perdeu 0,46%.

Na contramão, o setor de tecnologia representado pelo índice Nasdaq apresentou ligeira alta de 0,03%.

Além de observarem o exterior, investidores do mercado brasileiro também pesaram a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que amplia benefícios sociais em ano eleitoral.

Ao ampliar gastos diante de um cenário de **inflação** mundial e risco de recessão, a medida poderá criar obstáculos à execução do Orçamento em 2023, considerando um cenário de perda de arrecadação.

Um indicador que reflete a desconfiança no Brasil é o chamado risco-país, medido pelo CDS, o Credit Default Swap, um tipo de contrato que protege investidores contra calotes.

Os contratos de CDS para cinco anos renovaram nova máxima nesta quinta e atingiram os 329 pontos. É a maior alta desde maio de 2020, quando a percepção de risco disparou devido ao início da pandemia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

73

Economia traça cenário mais otimista para este ano

O Ministério da Economia revisou para baixo a expectativa de **inflação** neste ano, diminuindo de 7,9% para 7,2%, e elevou a estimativa do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022, de 1,5% a 2%. Para 2023, a estimativa de **inflação** subiu de 3,60% para 4,5%, enquanto a projeção do **PIB** foi mantida em alta de 2,5%.

As projeções divulgadas ontem estão no Boletim Macrofiscal, atualizado bimestralmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE).

Os dados anteriores haviam sido anunciados pela pasta em maio e, como servem de referência para ajustar a execução orçamentária, são revisados periodicamente.

A taxa prevista de 7,2% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) supera a meta a ser perseguida pelo BC. O valor fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este 2022 é de 3,5% - com 1,5 ponto percentual de tolerância para mais ou para menos.

O BC até mesmo já admite o estouro da meta de **inflação** pelo segundo ano consecutivo. Quando a projeção se confirmar, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, deverá escrever uma nova carta ao ministro da Economia explicando as razões para o descumprimento do objetivo. A **inflação** fechou 2021 em 10,06%.

A nova projeção do **PIB** reflete uma melhora na perspectiva para a atividade econômica em 2022 diante de números positivos observados na produção industrial, na retomada do setor de serviços e na recuperação do mercado de trabalho.

Com o crescimento da atividade nos últimos meses, o mercado também mostra otimismo com o desempenho do **PIB** para este ano e, assim como o governo, vem revisando para cima suas estimativas.

No último Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda-feira, a projeção mediana para a expansão do **PIB** subiu de 1,51% para 1,59%. Algumas instituições do mercado financeiro já estimam crescimento de 2%.

Medidas de estímulo Em meio à corrida presidencial, o

governo Jair Bolsonaro (PL) tem aprovado medidas que sustentam a atividade econômica. Nesta quarta, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC) que turbinaria benefícios sociais, elevando o piso do Auxílio Brasil a R\$ 600, criando um auxílio a caminhoneiros de R\$ 1.000 mensais e duplicando o valor do Auxílio Gás para cerca de R\$ 120.

No fim de junho, o Congresso aprovou um corte de **tributos** federais sobre gasolina e etanol, além de ter fixado um teto de 17% a 18% para a cobrança de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações.

No início do ano, o governo já havia liberado um saque extraordinário de R\$ 1.000 a trabalhadores com recursos no FGTS (Nathalia Garcia, da Folhapress).

SAIBA MAIS

» A atividade econômica brasileira apresentou uma queda de 0,11% em maio, na comparação com abril, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC).

» Este é o segundo mês seguido de queda no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), indicador considerado como uma prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Guedes nega cunho eleitoreiro da PEC

Um dia depois de o Congresso aprovar a PEC que turbinaria a concessão de benefícios sociais a menos de três meses das eleições, o ministro da Economia, Paulo Guedes, negou que a medida tenha cunho eleitoreiro.

"Se há fome no Brasil, se as pessoas estão cozinhando a lenha, esse programa não é eleitoreiro", disse.

Segundo relatório das Nações Unidas, 61,3 milhões de pessoas convivem com algum tipo de insegurança alimentar no Brasil, sendo que 15,4 milhões se encontravam em insegurança alimentar grave, passando fome, no período de 2019 e 2021.

A declaração foi dada por Guedes ontem, durante a

divulgação dos indicadores macroeconômicos do Ministério da Economia.

O ministro ainda enfatizou que a ampliação dos benefícios sociais em vigor até o fim do ano não será permanente. "O fiscal está forte e todas as medidas são temporárias.

Não está previsto aumento permanente de despesas", destacou.

Segundo Guedes, o protocolo seguido pelo governo foi semelhante ao adotado durante a pandemia de covid-19, passando por medidas infraconstitucionais, seguidas de ações emergenciais temporárias.

Ele defendeu que a transferência de renda é a forma "tecnicamente correta" de lidar com os problemas agravados pela Guerra da Ucrânia, com a alta nos preços de alimentos e combustíveis.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-590fcadab00abacc5caaf30b51e91ad3.pdf

O vale-tudo no Congresso - CELSO MING

CELSO MING

Não dá para sair por aí com a alegação de que essa "PEC Kamikaze" é coisa exclusiva do presidente Bolsonaro, destinada a comprar votos dos eleitores. A oposição em peso votou a seu favor.

Essa PEC é a banalização atirada ao paroxismo. Banalizou a Constituição, que pode ser remendada a qualquer momento, sem levar em conta suas cláusulas pétreas; banalizou a Lei Eleitoral, na medida em que aprovou farta distribuição de benesses às vésperas das eleições; banalizou o teto de gastos, na medida em que autorizou mais despesas, sob a tese de que a **inflação** aumentou a arrecadação; e banalizou a Lei de Responsabilidade Fiscal, por ter despejado mais benefícios sociais da ordem de R\$ 41,2 bilhões. E tem o orçamento secreto, as emendas de relator, outros vazamentos e eventuais pedaladas de natureza e finalidade ainda desconhecidas.

Tudo isso graças a cambalachos jurídicos e procedimentos casuísticos aprovados em votação recorde pelo Congresso Nacional.

Para justificar a abundante distribuição, bastou a alegação de que se trata de uma emergência que, no entanto, tem prazo de validade, a vencer no dia 31 de dezembro, como se o calendário fosse o critério para definir o que é ou o que não é urgente.

Também foi argumentado que é preciso atacar a pobreza, mas também só até dia 31 de dezembro.

Depois disso se verá.

Ou, talvez, não haja mais pobres a atender.

A insegurança maior é a de que os políticos podem aprovar qualquer coisa, atropelar a Constituição e as demais leis, bastando apenas que se mobilizem nessa direção.

Não dá para saber até que ponto essa farta distribuição de favores cumprirá seu objetivo original de amolecer corações e mentes em favor da candidatura do presidente Bolsonaro a um segundo mandato. Em dois meses, as pesquisas poderão dar uma ideia desse efeito.

Agora, o impacto sobre a economia. Parece inevitável que essa redistribuição terá algum efeito macroeconômico.

Com o que receberem, os 20 milhões de beneficiários do Auxílio Brasil que o governo espera atender tratarão primeiramente de pagar dívidas e, depois, de gastar o dinheiro extra em mais compras, de feira e supermercado ou de alguma roupa.

Por aí, pode-se esperar certa reação do varejo e da atividade econômica. Mas não dá ainda para engolir a aposta do ministro da Economia, de que o **PIB** deste ano crescerá pelo menos 2%. O mercado não arrisca mais do que 1,59%, como se poder aferir pelo Boletim Focus, do Banco Central.

Não está claro o preço em mais **inflação** que daí advirá. Essas artificialidades complicam a tarefa do Banco Central de combater a **inflação**. O que esperar da trajetória dos preços, se em janeiro voltarão os **impostos** agora retirados da venda dos combustíveis? E o que esperar do governo que vier a tomar posse em janeiro e que será desafiado a manter indefinidamente subsídios e favores que começam a ser distribuídos a partir de agosto? Como calibrar os juros diante de tanta incerteza?

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Prévia' do PIB, indicador do BC recua 0,11% em maio

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBCB), que é considerado uma espécie de "prévia" do **PIB**, registrou queda de 0,11% em maio, pelo segundo mês consecutivo, considerando a série livre de efeitos sazonais. O resultado ficou abaixo da maioria das estimativas do mercado, positiva em 0,10%, de acordo com pesquisa do Estadão/Broadcast, mas dentro do intervalo das previsões, que variavam de queda de 1,1% a alta de 0,9%.

Para os economistas, o resultado mostra uma economia andando de lado, mas a tendência é de que novos estímulos como o aumento de benefícios sociais previsto pela "PEC Kamikaze" - promulgada ontem pelo Congresso - estimulem a atividade nos próximos meses.

"Cortes recentes de **impostos** sobre combustíveis e gás de cozinha e o recentemente aprovado generoso pacote de medidas adicionais por fora do teto dos gastos devem adicionar cerca de 0,7% ao **PIB** em estímulos fiscais adicionais no segundo semestre", calcula o diretor de Pesquisa Macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

Mesmo assim, pondera, a **inflação** elevada, a política monetária restritiva, o alto endividamento das famílias e a piora do cenário externo devem criar dificuldades mais à frente.

A despeito do segundo resultado negativo consecutivo do IBC-Br, o economista do Santander Brasil Lucas Maynard afirma que a dinâmica para o **PIB** no segundo trimestre continua favorável. "O IBC-Br não está casando tanto com a dinâmica real do **PIB**, que está bem mais forte. Estamos vendo isso desde o quarto trimestre do ano passado." Em relatório publicado ontem, o Santander atualizou as projeções para o **PIB** no segundo trimestre, de alta de 0,2% para 0,7%, e em 2022, de 1,2% para 1,9%.

De abril para maio, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 142,13 pontos para 141,97 pontos na série dessazonalizada.

Este é o menor patamar desde fevereiro (141,62 pontos).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Consumo dentro dos lares brasileiros sobe em maio

O consumo nos lares brasileiros subiu 0,39% em maio deste ano em relação ao mesmo período de 2021. Na comparação com o mês imediatamente anterior, abril, houve queda de 3,47%, influenciada pela sazonalidade. Os dados, divulgados nesta quinta-feira, são da pesquisa Consumo nos Lares Brasileiros da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). O vice-presidente institucional da associação, Marcio Milan, afirma que, até o momento, a projeção de crescimento de 2,8% no ano de 2022 permanece, mas pode ser revisada em junho ou julho. Até o momento, o setor acumula alta de 2,02% de janeiro a maio. A cesta Abrasmercado, com 35 produtos de largo consumo, teve alta de 17,2% nos últimos 12 meses. Na comparação de maio com abril deste ano, a alta de foi de 0,94%. No ano de 2022, a alta é de 9,32%.

Auxílios

Milan afirmou também que o setor ainda estuda os possíveis impactos nas vendas da PEC dos Auxílios aprovada da Câmara dos Deputados na quarta-feira. A estimativa é de que cerca de 50% dos recursos sejam destinados para gastos nos supermercados. Durante a fase mais aguda da pandemia, 70% do Auxílio Emergencial teve esse destino. Milan pontua, porém, que agora serviços como bares e restaurantes estão abertos, o que deve redirecionar o dinheiro dado à população mais vulnerável. A Abras manteve a projeção de crescimento de 2,8% em 2022. Essa expectativa, no entanto, não leva em conta o impacto positivo dos auxílios. Nos últimos cinco meses, o setor acumula alta de 2,02%. Questionado sobre a possibilidade da maior injeção de dinheiro na economia levar a uma alta de **inflação** pelo lado da demanda, Milan afirmou que não acredita nessa possibilidade. "Não vejo que auxílios trarão demanda excessiva ou que levarão a aumento da **inflação**", disse. Ele citou medidas de redução de **impostos** nos combustíveis e outros segmentos como maneiras de equalizar os preços, bem como a responsabilidade da população em pesquisar preços e dos supermercados manterem as negociações mais intensas com a indústria.

Medida aprovada no Congresso vai beneficiar produtores de etanol

São Paulo - A nova legislação aprovada pelo Congresso na noite de quarta-feira restabelece uma vantagem fiscal para os biocombustíveis em relação aos combustíveis fósseis, o que deve beneficiar as empresas produtoras de etanol no longo prazo, disseram analistas ontem.

A chamada PEC dos Benefícios definiu, entre outras coisas, que os biocombustíveis destinados ao consumo final devem ter **impostos** mais baixos do que os combustíveis fósseis por um período de 20 anos.

O projeto aprovado também prevê que os estados e o governo federal deveriam voltar aos níveis preferenciais de tributação dos biocombustíveis vistos antes de 15 de maio, quando outra lei mudou a forma como os combustíveis seriam tributados.

"Do nosso ponto de vista, essa medida é muito positiva para as empresas do agronegócio, pois manterá a competitividade dos biocombustíveis no longo prazo", disseram os analistas do Citi Gabriel Barra e Joaquim Alves Atie em nota.

"Com a garantia constitucional de que os combustíveis renováveis pagarão **impostos** mais baixos em relação aos combustíveis fósseis (reconhecendo as externalidades negativas dos combustíveis fósseis), o etanol e outros biocombustíveis podem ter uma perspectiva muito mais forte à frente", disse o banco de investimentos BTG Pactual em relatório.

O BTG disse que as usinas brasileiras poderão ser mais rentáveis em suas vendas de etanol com a nova legislação e deu uma recomendação de "compra" para empresas cujas ações foram prejudicadas anteriormente pelas mudanças feitas em maio, como Raízen, São Martinho, Jalles Machado e Adecoagro.

As modificações tributárias de maio acabaram reduzindo a competitividade do etanol em relação à gasolina na bomba e pressionou os preços do açúcar no mercado internacional, à medida que as usinas passaram a produzir menos etanol e mais açúcar. Essa tendência, segundo os analistas, pode agora ser revertida.

A Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasil-

Com) disse, em nota, que apoia a mudança, pois entende que trará maior equilíbrio entre o etanol e a gasolina C, além de preparar o caminho para a implantação da monofasia tributária também para etanol hidratado.

Em março, o Congresso Nacional aprovou uma lei que fixou a cobrança monofásica de ICMS para diversos combustíveis, mas deixou o etanol hidratado de fora. Como a PEC aprovada terá que ser seguida de uma Lei Complementar, a BrasilCom vê uma oportunidade de os congressistas corrigirem essa exclusão do biocombustível. (Reuters)

Atividade econômica caiu em maio, aponta o BC

Brasília - A atividade econômica brasileira seguiu em declínio em meados do segundo trimestre, embora a um ritmo mais fraco de contração em maio em relação ao mês anterior, de acordo com dados do Banco Central divulgados ontem.

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) teve em maio recuo de 0,11% em relação a abril, segundo dado dessazonalizado do indicador, que é um sinalizador do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O resultado é o segundo seguido no vermelho, mas mostra uma contração mais fraca do que a de 0,64% de abril. A autoridade monetária revisou com força para baixo a leitura de abril, depois de informar anteriormente contração de 0,44%.

O BC retomou a divulgação de indicadores com o fim da greve de servidores, e na semana passada informou os dados de março e abril do IBC-Br.

Na comparação com maio do ano anterior, o IBC-Br registrou avanço de 3,74%, enquanto no acumulado em 12 meses passou a uma alta de 2,66%, de acordo com números observados.

"Se nossa expectativa para junho (alta de 0,7% sobre maio) estiver correta, o IBC-Br apresentará elevação de 0,6% no segundo trimestre deste ano em relação ao primeiro", calculou o economista da XP, Rodolfo Margato.

Ele calcula que o **PIB** brasileiro terá expansão de 0,8% sobre os três meses anteriores e crescerá 2,5% ante o segundo trimestre de 2022. Para 2022, a XP calcula um avanço de 2,2%.

A indústria do Brasil cresceu em maio pelo quarto mês seguido, porém a taxa de 0,3% ficou abaixo do esperado.

Outro desempenho que ficou bem abaixo da expectativa no mês foi o de vendas varejistas, que cresceram apenas 0,1%.

Em contraste, o setor de serviços voltou a registrar ganhos em maio e acima do esperado, com aumento do volume de 0,9%.

"Olhando à frente, o impacto defasado do recente

aperto financeiro e da política monetária, condições gradualmente mais exigentes de crédito, alto nível de endividamento, desaceleração da economia global e incerteza da política pós-eleição devem ampliar os obstáculos à atividade econômica", disse em nota Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para a América Latina no Goldman Sachs.

O cenário econômico no Brasil engloba **inflação** alta, agravada pela guerra na Ucrânia, com taxa de juros elevada e incertezas relacionadas à eleição presidencial no País em outubro. O ambiente internacional também traz desafios, já que o aumento de juros nas economias avançadas tende a retrain a atividade no mundo e afastar investimentos de países emergentes.

Tendência - As condições financeiras mais apertadas devem continuar pesando sobre a força econômica nos próximos meses, mas podem ser mitigadas pela melhora do mercado de trabalho e medidas de auxílio do governo.

Se no início do ano a economia foi favorecida pela liberação de saques extraordinários do FGTS, antecipação do 13º de aposentados e pensionistas e o Auxílio Brasil, a partir de agora devem apresentar efeito a redução das alíquotas de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia, comunicações e transporte coletivo e a PEC dos Benefícios, que tem por objetivo aumentar o valor ou criar novos benefícios sociais a menos de três meses das eleições.

A taxa básica de juros Selic está em 13,25%, nível elevado que tende a restringir a atividade e o consumo, e o BC já indicou que antevê um novo ajuste na reunião de agosto.

O diagnóstico apresentado recentemente pelo Banco Central prevê que, diante da defasagem dos efeitos da política monetária, o aperto nos juros deve provocar uma desaceleração da atividade econômica no segundo semestre deste ano.

(Reuters)

Governo estima **PIB** 2% maior neste ano

Brasília - O Ministério da Economia revisou para baixo a expectativa de **inflação** neste ano, diminuindo de

7,9% para 7,2%, e elevou a estimativa do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022, de 1,5% a 2%.

Para 2023, a estimativa de **inflação** subiu de 3,60% para 4,5%, enquanto a projeção do **PIB** foi mantida em alta de 2,5%.

As projeções divulgadas ontem estão no Boletim Macrofiscal, atualizado bimestralmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE). Os dados anteriores haviam sido anunciados pela pasta em maio e, como servem de referência para ajustar a execução orçamentária, são revisados periodicamente.

A taxa prevista de 7,2% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) supera a meta a ser perseguida pelo BC. O valor fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este 2022 é de 3,5% - com 1,5 ponto percentual de tolerância para mais ou para menos.

O BC até mesmo já admite o estouro da meta de **inflação** pelo segundo ano consecutivo. Quando a projeção se confirmar, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, deverá escrever uma nova carta ao ministro da Economia explicando as razões para o descumprimento do objetivo. A **inflação** fechou 2021 em 10,06%.

A estimativa do Ministério da Economia para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) caiu de 8,1% para 7,41%.

Esse índice é usado na correção do piso nacional do salário mínimo e de outros benefícios sociais.

Já a projeção da pasta para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) saltou de 11,40% para 11,51%. Esse índice tem uma abrangência maior para medir a alta dos preços, pois engloba também o setor atacadista e a construção civil.

A nova projeção do **PIB**, adiantada pela Folha de S.Paulo, reflete uma melhora na perspectiva para a atividade econômica em 2022 diante de números positivos observados na produção industrial, na retomada do setor de serviços e na recuperação do mercado de trabalho.

Com o crescimento da atividade nos últimos meses, o mercado também mostra otimismo com o desempenho do **PIB** para este ano e, assim como o governo, vem revisando para cima suas estimativas.

No último Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda-feira (11), a projeção mediana para a expansão do **PIB** subiu de 1,51% para 1,59%.

Algumas instituições do mercado financeiro já estimam crescimento de 2%.

Em meio à corrida presidencial, o governo Jair Bolsonaro (PL) tem aprovado medidas que sustentam a atividade econômica.

Nesta quarta (13), a Câmara dos Deputados aprovou a PEC que turbinou benefícios sociais, elevando o piso do Auxílio Brasil a R\$ 600, criando um auxílio a caminhoneiros de R\$ 1.000 mensais e duplicando o valor do Auxílio Gás para cerca de R\$ 120.

No fim de junho, o Congresso aprovou um corte de **tributos** federais sobre gasolina e etanol, além de ter fixado um teto de 17% a 18% para a cobrança de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações.

No início do ano, o governo já havia liberado um saque extraordinário de R\$ 1.000 a trabalhadores com recursos no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Essas medidas amenizam os efeitos do aperto monetário promovido pelo BC, que levou a taxa básica de juros (Selic) a 13,25% ao ano na última reunião, em maio, e dificultam a tarefa da autarquia de controlar a **inflação**. (Nathalia Garcia/ Folhapress)

Fitch melhora a perspectiva da nota de crédito soberano do Brasil

São Paulo - A Fitch Ratings melhorou a perspectiva para a nota de crédito soberano de longo prazo em moeda estrangeira do Brasil para "estável", ante "negativa", e reafirmou o rating BB- (ainda em grau especulativo), citando evolução melhor que a esperada das contas públicas depois de sucessivos choques nos últimos anos.

A agência estima que a forte redução na proporção da dívida pública em 2021 sobre o **PIB** seja seguida de outra ligeira queda em 2022, o que melhoraria "consideravelmente" o ponto de partida antes de um aumento gradual projetado para a partir de 2023.

A dinâmica de crescimento de curto prazo superou as expectativas, disse a agência, e o progresso adicional nas reformas pode beneficiar as perspectivas de investimento de médio prazo. Além disso, na visão dos analistas, o aperto decisivo da política monetária por parte do Banco Central, apoiado em sua nova autonomia formal, destaca o compromisso com o combate à **inflação**.

A Fitch ponderou, no entanto, que desafios fiscais e de crescimento econômico persistem e que as eleições presidenciais de outubro de 2022 geram incerteza sobre como esses pontos serão tratados.

A agência projeta que o déficit nominal suba para 7,5% do **PIB** neste ano, com custos de juros acentuadamente mais altos e medidas fiscais e de gastos aprovadas pelo Congresso.

A Fitch espera que o déficit fiscal permaneça "grande" em 2023, devido ao crescimento econômico mais fraco e a preços das commodities, pressões salariais e a expansão da cobertura do Auxílio Brasil, com risco adicional caso medidas temporárias de **impostos**/gastos sejam estendidas.

"O ritmo da consolidação fiscal de médio prazo permanece incerto devido às eleições iminentes e a possíveis mudanças no teto de gastos", disse a agência.

Ainda assim, a Fitch prevê que o arcabouço de política econômica do Brasil será mantido após as eleições.

A agência calcula que a dívida bruta do Brasil em relação ao **PIB** cairá para 78,8% em 2022, de 80,3%

em 2021 e 88,6% em 2020.

A nota de crédito soberano atribuída ao Brasil pela Fitch está no chamado grau especulativo.

A agência S P também mantém o Brasil nessa faixa, com rating BB-, assim como a Moody's, que confere nota "Ba2". (Reuters)

Auxílio Brasil é a primeira mudança com PEC aprovada

Veja o que está previsto no pacote promulgado ontem no Congresso

O Congresso Nacional promulgou, nesta quinta-feira, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2022, que permite ao governo gastar mais R\$ 41,25 bilhões por fora do teto de gastos, viabilizando a criação e ampliação de benefícios sociais até dezembro de 2022.

A matéria, que teve origem no Senado após articulação do governo federal, foi aprovada na Câmara dos Deputados na quarta-feira. A cerimônia no Congresso contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro (PL), do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O pacote aumenta o valor mínimo do Auxílio Brasil de 400 reais para 600 reais, aumenta o Auxílio Gás e prevê repasse adicional de R\$ 500 milhões para o programa Alimenta Brasil. Cria, ainda, novos benefícios: um voucher de R\$ 1 mil para caminhoneiros autônomos, um auxílio para taxistas e uma compensação para os Estados financiarem a gratuidade do transporte público para idosos. Também garante repasses para a redução dos **tributos** do etanol.

Com exceção do Auxílio Brasil, cujo reforço no valor foi anunciado já para o mês de agosto, as datas de pagamento e formas de recebimento dos benefícios ainda estão em processo de definição pelo governo federal.

Por nota, o Ministério da Economia informou, nesta quinta-feira, que os dois auxílios ampliados (Brasil e Gás) e o programa Alimenta Brasil são de responsabilidade do Ministério da Cidadania. Como eles já existem, o incremento de recursos depende apenas de um pedido de crédito extraordinário. "Será feita a Medida Provisória destinando os recursos", diz a pasta por meio de nota. Outros itens dependem de regulamentação.

No Município No caso do Auxílio Brasil, a família que estiver apta a receber o benefício deve procurar a prefeitura de seu município para ter os dados no Cadastro Único (CadÚnico) dos programas sociais do governo federal. Quem já é beneficiário não precisa

fazer nenhuma alteração. De acordo com o titular da pasta de Desenvolvimento Social de Novo Hamburgo, Juliano Passini, o Município tem cerca de 8 mil famílias recebendo o benefício.

O CadÚnico funciona na Rua David Canabarro, 20. "Após a inclusão dos dados no CadÚnico, o candidato passa por uma avaliação do governo, que não tem prazo determinado", explica Julia-no Passini.

Os benefícios incluídos Auxílio Brasil Famílias beneficiárias desse programa receberão, durante cinco meses, acréscimo mensal extraordinário de 200 reais, de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022. O valor mínimo passará de 400 reais para 600 reais, com o primeiro pagamento em agosto.

Auxílio Gás Famílias beneficiadas pelo Auxílio Gás receberão, a cada bimestre, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022, valor correspondente a uma parcela adicional de 50% da média botijão de 13 quilos de GLP.

Bolsa-caminhoneiro Transportadores autônomos de cargas cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas até o dia 31 de maio de 2022 receberão auxílio de R\$ 1 mil mensais. A bolsa é válida até o dia 31 de dezembro de 2022.

Gratuidade no transporte Aportará à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios que dispõem de serviços regulares em operação de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano assistência financeira em caráter emergencial valor de R\$ 2,5 bilhões, a serem utilizados para auxílio no custeio da gratuidade ao idoso. A medida é válida até o fim deste ano.

Auxílio Táxi Para os motoristas de táxi registrados até 31 de maio de 2022. O valor ainda não foi definido, mas o limite de gastos por parte do governo é de R\$ 2 bilhões. Repasse será feito até o mês de dezembro.

Alimenta Brasil Suplementação orçamentária de R\$ 500 milhões. O programa compra alimentos de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e demais populações tradicionais para distribuí-los a famílias de baixa renda.

Apoio para o etanol Auxílio financeiro a Estados que concederem créditos de ICMS a produtores ou distribuidores de etanol hidratado.

Guedes nega riscos fiscais e ataca críticos

ROSANA HESSELRAFAELA GONÇALVES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, quebrou o silêncio, ontem, e festejou a vitória do governo - que teve ajuda da oposição - na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2022, que cria um pacote de R\$ 41,2 bilhões de benefícios fora do teto de gastos, a chamada PEC das Bondades. O chefe da equipe econômica elogiou a medida e disse várias vezes que o "fiscal continua forte", sem poupar críticas a quem diz o contrário.

Segundo o ministro, a PEC, também chamada de "Kamikaze", promulgada ontem pelo Congresso, não terá "impacto líquido" nas contas públicas. "O fiscal está forte. Os bancos centrais do mundo inteiro dormiram no ponto, estão correndo atrás (elevando os juros), e o nosso Banco Central foi o primeiro a se mover. O resultado primário consolidado está zerado e nenhum país fez isso, a não ser Cingapura", disse Guedes.

A fala ocorreu durante discurso a jornalistas na abertura da apresentação das novas previsões macroeconômicas da pasta, que elevou de 1,5% para 2% a projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano e manteve em 2,5% a estimativa para 2023 - dado bem acima da mediana do mercado, de 0,5%.

Foi Guedes quem começou a chamar a PEC de Kamikaze, mas, ontem, elogiou o fato de o impacto ter ficado menor do que os R\$ 120 bilhões inicialmente previstos. Ao atacar os críticos das medidas, o ministro disse que essas pessoas não estão "preparadas tecnicamente", porque possuem "paixão por militância partidária" e "torcem contra o Brasil". Ele também minimizou os riscos domésticos e voltou a frisar que a aversão ao risco e a **inflação** "são fenômenos mundiais". "A **inflação** está subindo no mundo inteiro e todos estão tendo que rever o crescimento para baixo. Hoje, está bastante claro que a crise lá fora será bem mais aguda do que se esperava", disse.

As falas de Guedes não foram bem recebidas pelo mercado. Especialistas lembram que o ministro não defendeu publicamente a PEC durante a tramitação no Congresso, que atropelou regras eleitorais, constitucionais e regimentais para que o pacote fosse aprovado. Aliás, o mercado financeiro vem refletindo, em grande parte, o aumento da preocupação com a deterioração fiscal, diante da expectativa de aumento do rombo das contas públicas para 1,5% do **PIB** em

2023.

Novo arcabouço fiscal

Os analistas também estão alvoroçados com a expectativa de um "novo arcabouço fiscal", sinalizado tanto pelo atual governo quanto pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a partir de 2023. Procurado, o Ministério da Economia evitou comentar o assunto. Apenas informou que "eventuais discussões sobre essa ideia estão previstas na EC 109, de 15 de março de 2021", que deu lugar à PEC Emergencial.

O ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria, Mailson da Nóbrega, avaliou a votação da PEC Eleitoral como uma "completa avacalhação". Para ele, Guedes está em uma realidade paralela, a serviço da reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL). "O ministro tenta convencer o impossível, ou imagina que as pessoas não sabem fazer conta, e tenta desmoralizar quem critica. Paradoxalmente, essa é uma estratégia stalinista. Não se discute o tema, desmoraliza-se o crítico", comparou Nóbrega, citando, ironicamente, a ditadura de esquerda russa da primeira metade do século 20.

Segurança no inferno

"Qualquer pessoa razoavelmente informada sobre questões fiscais sabe que o Brasil tem uma situação grave, e que não estamos apenas violando as regras fiscais, de maneira descarada com objetivos eleitorais, mas também do ponto de vista civilizacional", destacou o ex-ministro da Fazenda, lembrando que, em países onde a democracia é consolidada, como nos Estados Unidos, mudar a Constituição leva, no mínimo, dois anos. "O Congresso deu um recado claro com essa PEC: as regras não valem e ele muda quando quiser. Isso é um desastre. A segurança jurídica foi para o inferno", frisou.

O economista Alberto Ramos, diretor para a América Latina do Goldman Sachs, também fez alertas sobre o aumento dos riscos fiscais promovido com a PEC Eleitoral. Ele observou que o governo alega que a arrecadação está aumentando, mas esquece que essas receitas não são permanentes.

"A situação fiscal do Brasil ainda é muito delicada e o país ainda tem que caminhar muito no caminho da consolidação fiscal. A curto prazo, a receita está evoluindo relativamente bem, mas grande parte são

fatores que não são permanentes. Parte dessa receita é cíclica, não estrutural, e não dá para financiar tanto aumento de gastos sem elevar o endividamento", disse. "Em vez de poupar o excesso de receita, o governo está gastando mais e contratando mais dívida no futuro (que precisará ser paga com mais inflação ou mais imposto)", acrescentou.

Na avaliação de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, quando Guedes procura falar apenas da melhora do resultado fiscal, que deverá fechar este ano perto de zero, a fotografia parece boa. Mas quando se olha para o futuro, considerando que a receita não deverá continuar crescendo, porque a economia deverá perder fôlego a partir do próximo semestre, a reação dos mercados é justificada.

Para Padovani, o rombo das contas públicas tende a aumentar, assim como a dívida, com a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,25% ao ano, podendo subir ainda mais, já que o Banco Central precisará manter os juros em patamares mais elevados para compensar tanta expansão fiscal. "O retrato é bom, mas o filme é ruim", resumiu.

Promulgada emenda que libera R\$ 41 bi em auxílios

O Congresso Nacional promulgou ontem a Proposta de Emenda à Constituição 15/2022, a PEC dos Auxílios, que autoriza criação de um "estado de emergência" no país. A medida é uma forma de contornar a legislação para permitir ao governo federal a concessão de R\$ 41,2 bilhões em benefícios sociais para a população de baixa renda, caminhoneiros e taxistas. Os pagamentos devem ser feitos entre agosto e dezembro deste ano. A promulgação, em sessão solene da Câmara e do Senado, que aprovaram a proposta, contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, além de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL) - presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente, e de outros parlamentares e autoridades. Em seu discurso, Bolsonaro afirmou: "A coragem de tomar iniciativa e buscar alternativas não faltou em ambas essas Casas. Temos muito que agradecer a esse Parlamento, que faz salutar propostas úteis como a majoração do Auxílio Brasil".

O presidente prosseguiu: "Até novembro passado, tinha o Bolsa-Família, que em média pagava R\$ 190. Em dezembro, o mínimo era R\$ 400 e agora passa a R\$ 600. Esses recursos vão diretamente no bolso, na conta dos beneficiários. São 18 milhões de famílias e deixo claro: um pouco mais de dois terços, em torno de 14 milhões, são mulheres. Então, o nosso olhar também para as mulheres pelo Brasil". Segundo ele, mais de 90% dos títulos da reforma agrária são para mulheres. "Mesmo quando existe um casal, vai para a esposa. Para o homem, apenas quando ele está solteiro ou viúvo. É o nosso olhar todo especial para as mulheres do Brasil, pessoas logicamente importantíssimas. Nenhum homem pode crescer e sonhar na vida se não tiver ao seu lado uma mulher. Uma magnífica e grandiosa mulher."

"Esse é o nosso Brasil, que, inclusive agora temos na Caixa uma senhora presidindo aquela instituição. Uma pessoa fantástica, que também está transformando a Caixa para elas", disse em referência à nova presidente da Caixa, Daniella Marques, que tomou posse após denúncias de assédio sexual e moral contra Pedro Guimarães.

O chefe do Executivo também enumerou ações do governo no Nordeste. "E digo a vocês, muitas coisas estão a caminho. Algumas já saindo da prancheta, como a grande notícia para o nosso Nordeste: as eólicas offshore que produzirão energia equivalente a

50 Itaipus. Com isso, poderemos exportar o hidrogênio verde, bem como reindustrializar o nosso Nordeste. É o Brasil realmente indo para o futuro". O presidente voltou a repetir que a redução do ICMS incidente sobre os combustíveis pode resultar em deflação. "Teto do ICMS vai levar a **inflação** bem menor no próximo ano. Ouso dizer que podemos ter deflação. É o Brasil voltando à normalidade do período pré-pandemia."

PACHECO O senador Rodrigo Pacheco afirmou, em seu discurso, que a gravidade da situação do país "demandava resposta rápida" do Legislativo. "Não poderia o Congresso permanecer omissivo diante de números tão desalentadores [aumento da **inflação** e da pobreza]. Apesar de tratar-se de PECs - que, pela sua própria natureza e por prescrições constitucionais e regimentais, exigem apreciação mais longa e meticulosa pelo Parlamento -, as matérias tramitaram com celeridade em ambas as Casas", declarou. "Objetivamos combater em diversas frentes os efeitos inflacionários suportados pelos brasileiros, seja aumentando diretamente a renda das parcelas mais vulneráveis e mais afetadas da população, seja reduzindo os custos atrelados ao preço dos combustíveis", completou Pacheco.

Já Arthur Lira disse que PEC dos Auxílios não representará uma ruptura no teto de gastos. "É diferente do que muita gente está dizendo. Essa PEC está embasada em R\$ 41 bilhões de R\$ 65 bilhões que serão provenientes de dividendos da Petrobras e da venda da Eletrobras", disse. "Não há furo de teto de gastos, essa receita é prevista e a PEC tem prazo de validade", reiterou. Segundo ele, o Congresso aprovou medidas para "mitigar a crise que se arrasta há mais de dois anos". E disse que a pandemia "comprometeu saúde e a renda". "O Poder Legislativo permanece dando provas de que busca enfrentar desafios pelos quais passa a sociedade brasileira", declarou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/07/2022/p1>

Inflação nos EUA é a maior em 41 anos

Rosana Hessel

O dragão da **inflação** mostra as suas garras não apenas no Brasil. Nos Estados Unidos, maior economia do mundo, a carestia está em aceleração e cada vez mais disseminada, atingindo os maiores patamares desde 1981 e, de quebra, acendendo o alerta de recessão no radar global. Conforme dados do Bureau of Labor Statistics (BLS) dos EUA, divulgados terça-feira, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) surpreendeu o mercado e avançou 1,3%, em junho, acima da alta de 1% de maio. No acumulado em 12 meses, o indicador aumentou 9,1%, a maior elevação nessa base de comparação desde novembro de 1981.

As previsões do mercado apontavam para uma variação mensal de 1,1%. Mas a disparada dos preços foi generalizada, com os grupos de alimentos e energia impulsionando a escalada. As variações mensais foram de 1% e de 7,5%, respectivamente. E, no acumulado em 12 meses, de 10,4% e de 41,6%. De acordo com analistas, o fato de a **inflação** não ter desacelerado aumenta as chances de o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), elevar ainda mais os juros - medida com forte impacto em nações emergentes e com risco-país alto, como é o caso do Brasil.

"A **inflação** dos Estados Unidos veio acima das expectativas e só reforça a tese de que o Fed vai continuar subindo os juros para conter esse processo inflacionário. Quanto mais o Fed subir os juros, mais o Brasil tende a sofrer, porque o real vai se desvalorizar ainda mais", alertou o economista André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"À medida que um país seguro sobe os juros, ele atrai investimentos que poderiam vir para o Brasil. Mesmo com a Selic muito alta, o país não consegue segurar bons investimentos, e isso mexe com nosso câmbio. O real desvalorizado é bom para o país exportar, mas é ruim quando ele importa, como é o caso dos combustíveis. Logo, quando o dólar sobe, ele afeta ainda mais a **inflação**", explicou Braz.

Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset, ressaltou que, diante da surpresa inflacionária, o Fed deverá acelerar o ritmo de aperto monetário, elevando os juros em um ponto percentual em vez de 0,75 ponto como na reunião anterior do banco central norte-americano. "O mercado deve estressar. A perspectiva

de ajuste de um ponto percentual na taxa básica de juros do Fed, nos dias 27 e 28, entra no radar", disse ele, em referência à reunião deste mês do Fomc.

Com isso, o dólar deve se manter forte na comparação com as demais moedas. "O dólar tende a se valorizar mais com a perspectiva de aperto dos juros nos EUA, porque a dica é fazer o mal logo de uma vez, e não em doses homeopáticas. Claro, no entanto, que o Fed deve continuar a operar a partir da divulgação dos indicadores", afirmou Hegedus.

EURO MAIS FRACO Luis Otavio Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, ressaltou que os números do CPI mostram que o Fed precisará ser mais duro na política monetária se quiser derrubar a **inflação** dos níveis atuais, e isso terá reflexos não apenas no Brasil.

"Esse movimento deve manter o dólar forte no mercado internacional e o real sob pressão", disse Leal, lembrando que os países europeus também começam a sentir o baque da perspectiva de uma puxada mais forte dos juros nos EUA, tanto que o euro entrou em trajetória de queda, já perdeu mais de 10% do valor neste ano e chegou à paridade com o dólar, o que não ocorria desde 2002. Ontem, a moeda europeia chegou a ser negociada a US\$ 0,998. "A **inflação** está tão alta na Europa quanto nos EUA, mas essa crise energética pode colocar alguns países do continente em recessão severa, notadamente a Alemanha, além do risco de fragmentação do mercado de títulos europeus", alertou.

Fed sinaliza alta de um ponto no juro

O governador do Federal Reserve (Fed), Christopher Waller, sinalizou, ontem, para um possível aumento de um ponto percentual nas taxas de juros, uma medida inédita em mais de 30 anos e mais um indício da determinação para conter a alta **inflação**. Waller também disse acreditar que os Estados Unidos podem evitar uma recessão graças à solidez de seu mercado de trabalho. Em março, o Fed (o banco central americano) começou a elevar agressivamente as taxas de juros para esfriar a demanda, em meio ao impacto da guerra na Ucrânia e aos confinamentos por COVID-19 na China.

Até agora, porém, os dados não mostraram sinais significativos de melhora, e os informes de **inflação** desta semana mostraram que os preços ao consumidor em junho continuaram subindo. Waller já

se declarou a favor de outro aumento de 75 pontos básicos na reunião de política do final deste mês, mas afirmou que estará atento aos números sobre as vendas no varejo e sobre o mercado imobiliário até esta data. "Se os dados forem muito mais fortes do que o esperado, me inclino para uma maior alta (da taxa) na reunião de julho, na medida em que a demanda não esteja se desacelerando rápido o suficiente para derrubar a **inflação**", disse Waller em discurso durante uma conferência econômica.

Os movimentos do Fed até agora marcaram "o ritmo mais rápido de aperto (monetário) em quase 30 anos", completou. Mas o grande aumento das taxas no mês passado "não foi uma reação exagerada", comentou. "Com a **inflação** tão alta, faz sentido ir de frente para o endurecimento", justificou, acrescentando que "chegar antes reforçará a confiança do público em que podemos conter a **inflação**". Waller minimizou os temores de recessão, graças, segundo ele, à força do mercado de trabalho. "Acho que pode ser evitada", afirmou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/07/2022/p1>

Revisões positivas do PIB e da inflação escondem herança maldita para 2023

Lucas Bombana

As medidas do governo de combate à **inflação** e estímulo à atividade econômica a poucos meses das eleições têm provocado uma onda de otimismo para o segundo semestre, com revisão para cima das projeções de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) e para baixo da **inflação** neste ano.

No entanto, paralelamente à melhora prevista para 2022, ocorre uma piora das estimativas para 2023. Na visão de analistas, é como se o governo Jair Bolsonaro (PL) estivesse antecipando o crescimento previsto para o ano que vem, deixando uma herança maldita para quem assumir o país em 1º de janeiro.

"Com as medidas eleitoreiras que temos visto, para cada crescimento a mais que se joga para este ano, está sendo tirado do ano que vem. E, para cada percentual de **inflação** que se tira neste ano, se joga para o ano que vem", diz o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale.

Essa dinâmica aparece inclusive nas projeções do próprio Ministério da Economia. Nesta quinta (14), a pasta revisou para baixo a projeção de **inflação** neste ano, de 7,9% para 7,2%, e elevou a estimativa do crescimento do **PIB**, de 1,5% para 2%. Ao mesmo tempo, para 2023, a projeção para a **inflação** subiu de 3,6% para 4,5%, enquanto a do **PIB** foi mantida em 2,5%.

Grandes bancos compartilham de leitura semelhante. O Santander, por exemplo, revisou nesta quinta de 1,2% para 1,9% o crescimento do **PIB** neste ano, movimento sustentado pela reabertura dos serviços, pela recuperação do mercado de trabalho e pelo aumento da renda disponível em função da nova rodada de estímulo governamental.

Já para 2023, o banco manteve a previsão de uma queda de 0,6% da atividade econômica. A estimativa para a **inflação** foi de 9,5% para 7,9% em 2022, mas de 5,3% para 5,7% em 2023.

No dia 8 de julho, o Itaú também já havia revisado, de 1,6% para 2%, a projeção para o **PIB** de 2022, tendo mantido em 0,2% a estimativa para o próximo ano.

Segundo a economista do Itaú, Júlia Gottlieb, com os

pacotes de estímulo econômico do governo, a projeção de contração do **PIB** de 0,3% no terceiro trimestre e de 0,4% no quarto foi revista para uma queda de 0,1% em ambos os períodos.

"Para 2023, não revisamos a projeção porque, se por um lado temos o efeito da desaceleração da economia global, por outro, temos também uma melhora do carregamento estatístico de 2022", afirma a economista.

Para o IPCA, a projeção do Itaú foi de 7,5% para 7,2% neste ano, e mantida inalterada em 5,6% para 2023.

Um pouco antes, no dia 1º de julho, o Bradesco também revisou, de 1,5% para 1,8%, a projeção para o **PIB** de 2022, mas de 0,3% para 0% em 2023. A **inflação** estimada passou de 9% para 7,5%, e de 4,1% para 4,9%, respectivamente.

A melhora na percepção dos analistas inclusive levou a agência de classificação de risco Fitch a revisar nesta quinta de negativa para estável a perspectiva para o rating do Brasil. Os analistas da agência apontaram a dinâmica de crescimento de curto prazo, acima das expectativas, entre as razões para o movimento.

Especialistas ressaltam que, embora as atualizações nas estimativas para o crescimento possam, em um primeiro momento, trazer algum alívio para a renda das famílias, com impacto positivo para a taxa de desemprego, elas também vêm acompanhadas de um aumento do risco fiscal e de uma potencial deterioração do quadro macroeconômico para 2023.

"Com as medidas adotadas recentemente, o governo está deslocando o crescimento que se esperava que teríamos no ano que vem para este ano", afirma André Perfeito, economista-chefe da corretora Necton.

Ele diz ainda que a nova rodada de deterioração das contas públicas por conta da PEC que busca injetar cerca de R\$ 41 bilhões na economia a menos de três meses das eleições deverá forçar o BC (Banco Central) a ter de manter os juros em patamares elevados por um período mais extenso do que se previa até então, possivelmente adentrando e mantendo a taxa Selic em 13,75% durante boa parte de 2023.

"Com os mercados antevendo probabilidade crescente de uma expansão fiscal mais duradoura, há um viés altista para as expectativas de **inflação**, e uma chance de pressão futura advinda de uma depreciação cambial adicional", endossam os analistas do Santander no relatório publicado nesta quinta, no qual revisaram de 5,3% para 5,7% a projeção para o IPCA de 2023.

Já a estimativa do banco para a taxa Selic passou de 13,50% para 14,25% neste ano, e de 10,5% para 12% em dezembro de 2023.

Os juros mais altos, somados a uma provável desaceleração da economia global, formam um cenário no qual a economia tende a perder tração ao longo do ano que vem, afirma Perfeito, da Necton, que trabalha com um crescimento do **PIB** do Brasil de 1,5% para este ano, e de 0,5% para 2023. "Não dá para ficar muito entusiasmado com o ano que vem."

No boletim Focus, os agentes econômicos consultados pelo BC apostam em uma taxa de crescimento de 1,59% neste ano (contra 1,42% há quatro semanas), e de 0,5% no próximo (ante 0,55% um mês atrás).

"O quadro fiscal ficou mais incerto nas últimas semanas. As desonerações recentes reduzem a projeção de **inflação** para 2022, mas elevam a do próximo ano", assinalam os analistas do Bradesco no relatório divulgado no início do mês, no qual revisaram de 0,3% para 0% o crescimento do **PIB** de 2023, com a estimativa da **inflação** passando de 4,1% para 4,9% para o ano que vem.

Os analistas do banco destacam ainda que, como o processo de desinflação será lento, o BC só deverá reduzir os juros a partir do segundo semestre de 2023, com a taxa Selic terminando o próximo ano em 11,75%, dois pontos percentuais abaixo do patamar esperado para dezembro de 2022.

Vale, da MB Associados, afirma que a política econômica adotada ao longo das últimas semanas passa a impressão de que o próprio governo Bolsonaro não acredita na reeleição, dada a magnitude da deterioração do quadro fiscal à frente.

"É uma herança maldita que o Bolsonaro cria para si mesmo ou para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caso ele venha a se tornar o próximo presidente", afirma Vale.

Na mesma linha, os analistas do Itaú apontam no relatório de 8 de julho que "a sustentabilidade fiscal está voltando a ser um desafio relevante. Não se trata de uma preocupação com números fiscais de curto prazo, e sim com a trajetória que parece estar

contratada para o futuro. O próximo governo terá que definir sobre a continuidade dos auxílios que serão implementados no segundo semestre deste ano, além do arcabouço fiscal que será válido à frente, em uma economia emergente com dívida pública alta e juros elevados."

Mesmo para o cenário mais de curto prazo, o economista-chefe da MB Associados diz que encontra dificuldades para enxergar um crescimento do **PIB** em torno de 2% neste ano, frente ao quadro macro que se desenha para os próximos seis meses, com o aumento da volatilidade nos mercados por conta das eleições e a desaceleração global nos países desenvolvidos.

Ele trabalha com uma projeção de 1,1% de crescimento do **PIB** do Brasil neste ano, e de 0,5% em 2023, em um cenário-base no qual a taxa de desemprego deve ter dificuldades para ficar muito abaixo dos dois dígitos.

Vale afirma ainda que vê pouca efetividade das medidas adotadas pelo governo para a retomada do crescimento, haja vista a piora que elas poderão causar tanto para o câmbio, quanto para a **inflação** e os juros e, conseqüentemente, para a atividade econômica. "O mercado está pegando muito o momento mais recente e esticando para frente, mas não me parece ser esse o caso", diz o economista, que cita os dados divulgados nesta quinta pelo BC que indicam uma contração da atividade pelo segundo mês consecutivo em maio.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49973>

Bipolaridade fiscal em Brasília (Artigo)

Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Devido à regra fiscal estapafúrdia inscrita pelos temerários temeristas na Constituição, nesta semana o Congresso aprovou mais uma PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre assuntos orçamentários e, ao mesmo tempo, previu o retorno ao austericídio em 2023.

Do lado expansionista, a PEC do desespero eleitoral autorizou gasto adicional de R\$ 41 bilhões, na véspera da eleição. Somando a desoneração de **tributos** federais sobre combustíveis e os cortes de IPI e imposto de importação feitos há alguns meses, o pacote eleitoral de Bolsonaro já soma 1% do **PIB** em um ano.

Parte do atual impulso fiscal eleitoral se justifica, pois é necessário reforçar as transferências de renda aos mais pobres e amenizar o choque dos preços dos combustíveis. Outra parte, o "bolsa-caminhoneiro" e o "bolsa-taxista", é puro gasto eleitoral populista. O principal problema da PEC do desespero eleitoral é institucional, pois ela criou grande incerteza econômica sobre 2023, com elevação imediata da taxa de câmbio e do juro real.

Do lado contracionista, nesta semana o Congresso também aprovou a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023, com meta de déficit primário de R\$ 66 bilhões (0,6% do **PIB**) e retorno ao teto de gasto primário. Dentre as medidas contracionistas esperadas para 2023, estão o fim do adicional de R\$ 200 no Auxílio Brasil e o retorno do PIS-Cofins sobre combustível.

Caso confirmadas, as duas ações gerarão uma contração fiscal de 1% do **PIB**, ou seja, o governo Bolsonaro já anunciou que, a partir de janeiro, retirará todo o estímulo eleitoral concedido agora.

No universo alternativo da LDO 2023, também haverá crescimento de 2,5% do **PIB** no próximo ano. Torço para que seja isso mesmo, mas acho que não acontecerá do jeito previsto pelo Congresso por três motivos: o aperto monetário do BC, a desaceleração mundial em curso e a perspectiva de ajuste fiscal contida na própria LDO. Em oposição ao cenário róseo de Brasília, o mercado espera crescimento entre zero e 1% em 2023.

Para que o leitor tenha ideia da distância entre o real e o imaginário, o pacote eleitoral de Bolsonaro deve elevar a projeção de déficit primário federal de 0,7% para 1,6% do **PIB** neste ano. Do outro lado, como a LDO 2023 projeta um déficit primário de 0,6% do **PIB** no ano que vem, haverá contração fiscal de um ponto percentual do **PIB** em 2023. Alguma coisa vai ceder no atual cenário fiscal, e todo o mundo sabe o que é mais provável.

O novo governo, que espero não ser Bolsonaro, pedirá novo espaço fiscal adicional em 2023, mudando o teto de gasto e a meta de resultado primário. Quanto? Para resolver as barbeiragens bolsonaristas sem parada súbita da economia, o gasto primário de 2023 provavelmente voltará em 2026 ao nível praticado por **Temer**, cerca de 20% do **PIB**.

Adicionando as receitas, o resultado primário deve ser um déficit de 2% do **PIB**, bem acima do projetado na LDO 2023.

Antes que o leitor se apavore, lembro que a inevitável expansão fiscal de 2023 pode ser construtiva, se ela vier atrelada a reformas de longo prazo que garantam o reequilíbrio do Orçamento e a queda do endividamento público mais à frente. Foi isso que Fernando Henrique fez ao estourar a dívida pública e depois propor responsabilidade fiscal para seus sucessores. Foi isso que **Temer** tentou fazer ao expandir o gasto e depois criar um teto, também para seus sucessores.

Agora, a diferença é que o presidente eleito neste ano terá que propor algo com efeito significativo já durante seu próprio mandato, exatamente como Lula fez, em 2002-03.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49973>

Medo de recessão global mantém petróleo abaixo dos US\$ 100

DENISE LUNA e GABRIEL VASCONCELOS

O temor de uma recessão global manteve o preço do petróleo em queda no mercado internacional, com o insumo encerrando abaixo de US\$ 100 por barril pelo terceiro dia nesta semana. Na Nymex, o barril do petróleo WTI com entrega marcada para agosto caiu 0,54%, para US\$ 95,78, enquanto o do tipo Brent (referência para os preços no Brasil) para o mês seguinte recuou 0,47%, para US\$ 99,10, na ICE.

Pela manhã, a commodity chegou a atingir os menores níveis desde 25 de fevereiro, dia seguinte à invasão da Ucrânia pela Rússia, cotada a US\$ 94,50 por barril - ante US\$ 96,84 em 23 de fevereiro. Mas as cotações voltaram a subir ao longo da tarde.

A economia dos Estados Unidos enfrenta um agressivo aperto monetário na tentativa de domar a alta da **inflação**, enquanto a Europa segue fragilizada pelos efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Outros fatores têm contribuído para derrubar a cotação do óleo, como a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de manter inalterada a previsão para demanda de petróleo no mundo e a piora na pandemia da covid-19 na China.

A queda de preços é uma boa notícia para o consumidor brasileiro, que já está sentindo nas bombas dos postos a redução do gasto por conta da diminuição das alíquotas do ICMS, limitadas a 18% em todo o País. Também é um alento para a nova administração da Petrobras, empresa que ficou sob ataque do governo nos últimos meses depois dos seguidos reajustes de preços no varejo.

Para a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o preço da gasolina poderia cair R\$ 0,20 em média nas refinarias brasileiras. Na quarta-feira, os preços do combustível no Brasil ficaram em média 5% acima dos valores no mercado internacional. O impacto só não é maior por conta do dólar, que se mantém em alta, acima dos R\$ 5,40.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contratação de temporários está em alta

As contratações temporárias têm crescido ano a ano. Prova disso é que a Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Asserttem) prevê a criação de mais de 630 mil vagas temporárias no 3º trimestre de 2022. Certo é que, segundo o diretor da associação em Minas, Glaucus Botinha, a contratação temporária virou instrumento gerencial das empresas.

"Neste momento de turbulências, o empresariado está propenso a fazer contratações mais pontuais e as características da modalidade (temporários), de agilidade e flexibilidade, com fácil mobilização e desmobilização, casam bem com um cenário de incertezas", explica o diretor.

"Estimamos um aumento de 12% nas contratações temporárias nos meses de julho, agosto e setembro, em relação ao mesmo período de 2021", acrescenta.

Entre janeiro e junho deste ano, no Brasil, foram geradas 1.322.200 vagas temporárias, uma ligeira queda de 4,6% em relação ao mesmo período de 2021, quando foram abertos 1.385.989 postos de trabalho desse tipo. Segundo a Asserttem, a seca, **inflação** e a guerra entre Rússia e Ucrânia foram fatores que impactaram os resultados das contratações do 1º semestre.

"É um ano desafiador do ponto de vista econômico tanto nacional quanto mundial, afinal não somos uma economia desconectada. Mas a demanda complementar está alta em setores como a indústria alimentícia, farmacêutica, o agronegócio e o setor de óleo e gás. São, em sua maioria, segmentos que estão surfando neste momento de dólar alto, como as empresas exportadoras", revela Glaucus Botinha.

A modalidade também está sendo muito demandada pelo setor de serviços, com ênfase para as áreas de logística, tecnologia da informação e serviços para pessoas físicas. A Asserttem não disponibiliza dados por estado, mas, de acordo com Botinha, Minas "é um retrato do Brasil", repetindo os mesmos percentuais de crescimento e de localização do trabalho temporário.

Efetivação - Segundo ele, as empresas estão efetivando as contratações, optando por um mix entre contratações temporárias e efetivação do quadro interno, ou seja, estão utilizando intensivamente a contratação de temporários, sem precisar demitir. O processo acontece principalmente na indústria e no setor de serviços, ao contrário do passado, em que tais vagas eram geradas principalmente no comércio,

em datas comemorativas como o Natal ou o Dia das Mães.

Com a transformação digital e a ascensão do e-commerce reduzindo gradualmente a abertura de lojas físicas, a contratação temporária migrou para outros setores da economia, mostrando, segundo o diretor da Asserttem, "que ainda há uma economia pujante nas pontas, apesar de todas as dificuldades".

Regras - A modalidade é prevista nos termos da Lei Federal 6.019/74 e do Decreto nº 10.854/2021, ou seja, não é uma novidade da reforma trabalhista. Segundo Botinha, o que aconteceu em 2017 foi a modernização desse tipo de contratação, que passou a ter mais segurança jurídica e clareza.

"Pelo contrato temporário, o trabalhador tem os mesmos direitos, como 13º, férias e recolhimentos previdenciários.

A única diferença é que o contrato tem começo, meio e fim e, como tal, não existe a figura do aviso prévio", explica.

"As contratações são feitas através de agências privadas de trabalho temporário, que conseguem mobilizar equipes de maneira mais rápida e assertiva. E cabe a elas fazer um trabalho consultivo com os clientes, no sentido de usar a mão de obra temporária dentro dos requisitos legais.

Toda contratação temporária é informada ao Ministério do Trabalho", conclui o diretor da Asserttem, entidade que reúne mais de 120 agências em todo o País.